



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**THAÍS DE FRANÇA CARLOS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ:  
Análise da base primária de produção e comercialização no Amapá e no Pará à luz da  
sustentabilidade**

João Pessoa

2026

THAÍS DE FRANÇA CARLOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ: Análise da base primária de produção e comercialização no Amapá e no Pará à luz da sustentabilidade.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharela em Relações Internacionais.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Superti

João Pessoa

2026

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C284p Carlos, Thais de Franca.

Políticas públicas na cadeia produtiva do açaí:  
análise da base primária de produção e comercialização  
no Amapá e no Pará à luz da sustentabilidade / Thais de  
Franca Carlos. - João Pessoa, 2026.

80 f. : il.

Orientação: Eliane Superti.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Cadeia produtiva do açaí. 2. Políticas públicas.  
3. Amazônia. 4. Sustentabilidade. 5. Sociobioeconomia.  
I. Superti, Eliane. II. Título.

UFPB/CCSA


CDU 327(043)

# THAÍS DE FRANCA CARLOS

“POLÍTICAS PÚBLICAS NA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ: Análise da base primária de produção e comercialização no Amapá e no Pará à luz da sustentabilidade.”


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

**Aprovado em: 06 de Abril de 2026**

Documento assinado digitalmente  
 **ELIANE SUPERTI**  
Data: 06/04/2026 18:13:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

**Profa. Dra. Eliane Superti - (Orientador)**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente  
 **ELIA ELISA CIA ALVES**  
Data: 06/04/2026 19:36:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves - (Membro 2)**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente  
 **JANAINA DEANE DE ABREU SA DINIZ**  
Data: 06/04/2026 18:41:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Janaina Deane de Abreu Sa Diniz - (Membro 3)**  
Universidade de Brasília - UnB

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais. Sou o fruto da coragem e do ímpeto de vocês — da capacidade de recomeçar quantas vezes forem necessárias, sempre em busca de algo melhor. Foi com vocês que aprendi que o mundo é vasto demais para aceitarmos a imobilidade, e que seguir em frente é, antes de tudo, um ato de coragem. À minha mãe, minha maior incentivadora, que sempre acreditou que a educação poderia levar seus filhos além de onde ela mesma pôde chegar. A passagem que você comprou aos 20 anos mudou a história de toda a nossa família. Obrigada por ser a nossa base — este TCC só existe porque você nunca permitiu que desistir da educação fosse uma opção. Foi você quem me ensinou a ter fé e coragem, e quem me mostra, todos os dias, o que é força e esperteza. Eu te admiro mais do que consigo colocar em palavras. Com você, aprendi a rir mesmo nos momentos mais difíceis e a ter força quando necessário — a entender que cuidado é ação, nunca apenas palavra. Obrigada por ser a coragem que, tantas vezes, me faltou ao longo da vida. Ao meu pai, que, mesmo em silêncio, me ensinou o valor do trabalho duro e honesto através do seu exemplo.

Aos meus irmãos: Vitor, meu primeiro exemplo de que o estudo transforma, compensa e amplia horizontes; e Igor, meu companheiro de vida em todas as horas, cuja ética e determinação sempre me guiaram como referência. Cresci admirando vocês e, em muitos momentos, desejando ser exatamente como são. Ao meu sobrinho e afilhado Bernardo, que trouxe luz à nossa família e nos ensinou a olhar para o futuro com mais cuidado e esperança. À Beatriz, por compartilhar comigo uma sensibilidade rara, sempre com acolhimento e sem julgamentos.

À minha tia Cris, o primeiro grande exemplo formal de estudo em minha trajetória — você abriu os olhos de toda uma família para a importância da educação. À minha prima-irmã Camila, que sempre me recebeu de portas abertas e cuja presença tem o dom de transformar qualquer lugar em casa, e à Jane, que foi a madrinha que eu não tive na infância, sempre presente e cuidadosa, vocês foram essenciais para o meu desenvolvimento. À minha tia Neide, tia Nidinha, Pedro, Juliana, Oseas e Carol — cada um de vocês teve um papel fundamental na pessoa que me tornei. Carol, especialmente por me lembrar que a vida pode ser aquilo que quisermos fazer dela. Ao meu tio Confusão, meu primeiro exemplo de luta social — a primeira pessoa em quem vi a política ganhar voz diante das injustiças. Seu olhar e sua militância me ensinaram a enxergar o mundo de outra forma.

Às minhas avós, com nomes de figuras literárias e uma força tão mágica quanto elas: Dona das Neves e Dona Mitinha Iracema (*in memoriam*). A curiosidade sobre suas histórias

me ensinou a perceber as lutas invisíveis e a sonhar com o inimaginável. E ao meu avô (*in memoriam*), a primeira pessoa que vi ser dona da própria vida. Mesmo com poucas memórias, todas elas carregam a marca da liberdade.

Obrigada, Maria, minha amiga de mais longa data. Sou profundamente grata por você ter enxergado potencial em mim quando eu mesma não via, por ter acreditado e me incentivado nos momentos em que eu duvidei de mim. Sem as suas palavras e nossas longas ligações, eu não estaria aqui hoje. Agradeço também à Victoria Araújo, companheira de todas as horas. Com você, tudo vira risada e a vida fica mais leve. Você foi exemplo de força e perseverança — através da sua lente, tudo parece mais bonito. Sou grata ainda a Camyla Anes e Alex Matoso. Onde quer que vocês estivessem, sempre foi um lugar ao qual eu me sentia acolhida e feliz em retornar.

Agradeço também a todos que estiveram presentes nos meus anos de vida em Pessoaense — Yuri, Lara, Adriano e Rafaela. Foi muito especial poder fazer parte disso e ter vocês na minha vida aqui. Sou imensamente grata também ao G5, um grupo de mulheres com histórias extremamente diversas, mas que foram meu maior apoio ao longo dessa jornada. Yasmin, aprendi muito com você, especialmente sobre dedicação. Espero que esses anos no 203 de convivência, cumplicidade e literatura tenham te marcado tanto quanto me marcaram. Victoria Rodrigues, você foi — e continua sendo — um exemplo acadêmico e profissional para mim. Sua excelência em tudo o que faz é inspiradora. Isabelly, que assim como eu cresceu em movimento, eu me vi muitas vezes nas suas palavras e ações. Eu te entendo. Gabriela Anffe, obrigada por ter sido minha companhia ao explorar João Pessoa, por ter sido casa aqui e por me escutar todas as inúmeras vezes em que precisei, até que tudo ficasse bem. Estou por você para sempre. Obrigada. Amo vocês.

Obrigada a Marcondes, que, no momento em que me conheceu, me considerou uma das suas e soube repartir a mais genuína e verdadeira amizade. Você foi um pouco de Pernambuco quando ele me faltou; foi ombro amigo, lutou minhas batalhas e me consolou quando precisei. Você tem um talento inegável para a escrita e uma autenticidade que admiro muito. Obrigada pelas muitas risadas e pelas poucas brigas — intensas, viscerais, e, de alguma forma, também importantes.

Outro ponto determinante para a minha formação foi o GIPCI. Ter a oportunidade de pesquisar ao lado de pessoas responsáveis, comprometidas e que prezam pela qualidade transformou profundamente a minha percepção sobre a academia. Antes de ingressar no grupo, eu não possuía motivações ou aspirações acadêmicas bem definidas; no entanto, vivenciar a pesquisa e compreender sua importância mudaram a minha trajetória de vida.

Além disso, o GIPCI me apresentou a pessoas que marcaram profundamente o meu caminho. À professora Eliane Superti, minha orientadora neste trabalho, deixo minha imensa gratidão. A senhora é um exemplo de vida, humanidade, respeito e compromisso com a educação. Sua capacidade de transformar vidas por meio da pesquisa e do ensino é admirável — e o faz de maneira extraordinária com todos ao seu redor. O GIPCI também me aproximou de pessoas muito importantes nessa jornada como, Adriano, companheiro dos aperseios e da rotina saudável, com quem dividi momentos ao longo desse percurso.

A Vitória (vivi) que me fez sonhar acordada com todas as coisas que já sonhei pra mim. Vivemos o melhor que a vida tem a oferecer e com você tive o privilégio de não precisar me traduzir. E por isso, em mim você tem eterno apoio — e eu sei que em você sempre vou encontrar bondade, e é por isso que tudo que é amor parece com você. E saiba que, quando precisar, deixa tudo passar que eu passo aí. Te amo. Obrigada por me ensinar tudo sobre amor, companheirismo e Rússia.

Obrigada, Lúcio e Lóis, que no último ano se tornaram amigos e abrigo nessa vida adulta que estamos começando. Obrigada, Lúcio, por todo o apoio acadêmico e a Lóis, por dividir comigo os nossos aperseios de trabalho. Agradeço também a Maurício, meu primeiro exemplo de trabalho, que não só me ensinou sobre o mundo corporativo, mas também sobre a importância do ensinamento pelo exemplo; seu trabalho me fez acreditar que sempre podemos tornar os lugares melhores do que encontramos.

Por fim, às dezenas de crianças que ensinei ao longo dos últimos anos, especialmente a Abby e Sophia, que me salvaram tantas vezes.

## RESUMO

A expansão do mercado global de açaí complexificou a cadeia produtiva, ao mesmo tempo em que evidenciou a baixa visibilidade das populações tradicionais da Amazônia responsáveis por sua produção. Este trabalho tem como objetivo mapear as políticas públicas voltadas à base primária de produção e comercialização da cadeia extrativa do açaí nos estados do Pará e do Amapá. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando revisão sistemática de literatura, análise documental e triangulação de dados. Como resultado, foram identificadas e analisadas 30 políticas públicas com operabilidade no período de 2015 a 2025. Os resultados indicam que, embora haja diversas iniciativas voltadas ao setor, persistem lacunas estruturais na governança da cadeia, com forte concentração de políticas voltadas ao fomento da produção e ao crédito. Em contrapartida, aspectos como a regulação das relações com atravessadores e a proteção social dos peconheiros recebem atenção limitada. Conclui-se que as políticas atualmente implementadas tendem a priorizar a expansão e a formalização do mercado, em detrimento do enfrentamento das desigualdades socioeconômicas presentes nos elos iniciais da cadeia, evidenciando a necessidade de ações integradas que articulem desenvolvimento econômico e proteção social dos atores tradicionais.

**Palavras-chave:** Cadeia produtiva do açaí; Políticas públicas; Amazônia; Sustentabilidade; Sociobioeconomia.

## ABSTRACT

The expansion of the global açai market has made its production chain more complex, while also highlighting the limited visibility of the traditional Amazonian populations responsible for its production. This study aims to map public policies directed at the primary stages of production and commercialization within the açai extractive chain in the states of Pará and Amapá. The research adopts a qualitative approach, combining a systematic literature review, document analysis, and data triangulation. As a result, 30 public policies implemented between 2015 and 2025 were identified and analyzed. The findings indicate that, although there are several initiatives targeting the sector, structural gaps in governance persist, with a strong concentration of policies focused on production incentives and credit access. In contrast, aspects such as the regulation of relationships with intermediaries and the social protection of açai harvesters receive limited attention. It is concluded that current policies tend to prioritize market expansion and formalization, to the detriment of addressing the socioeconomic inequalities present in the early stages of the chain, highlighting the need for integrated actions that combine economic development with social protection for traditional actors.

**Keywords:** Açai production chain; Public policies; Amazon; Sustainability; Sociobioeconomy.

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Gráfico 1 - Principais dificuldades dos produtores.....	18
Quadro 1 – Combinações de busca e termos utilizados na RSL.....	26
Quadro 2 - Distribuição dos Textos por base de Dados.....	27
Quadro 3 - Políticas públicas na cadeia do açaí: Pará e Amapá.....	30
Quadro 4 - Políticas Federais.....	31
Gráfico 2 - Políticas conhecidas pelos produtores.....	47
Quadro 5 - Políticas Públicas na Região: Amapá e Macapá.....	50
Quadro 6 - Políticas Públicas na Região: Pará e Belém.....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABC+ - Agricultura de Baixo Carbono (referente à linha PRONAF ABC+ Floresta)
- AFAP - Agência de Fomento do Amapá
- AMPAFOZ - Associação das Mulheres Produtoras da Foz do Rio Mazagão Velho
- Amazonbai - Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e Beira Amazonas
- ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- AP - Amapá
- APL - Arranjo Produtivo Local
- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- BASA - Banco da Amazônia
- CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAR - Cadastro Ambiental Rural
- CGV / CVG - Cadeia Global de Valor / Cadeias Globais de Valor
- CIRAD - Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement
- Cofruta - Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- COP27 - 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
- DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
- Devisa - Departamento de Vigilância em Saúde
- ECRAMA - Escola de Formação para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônicas
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EPI - Equipamento de Proteção Individual
- FGPPIB - Fundo Garantidor do Pequeno Produtor e da Indústria para Bioeconomia
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FRAP - Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá
- FSC - Forest Stewardship Council
- FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- GCC - Global Commodity Chains

GEA - Governo do Estado do Amapá

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEFLOR-Bio - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará

IMAP - Instituto de Meio Ambiente do Amapá

INRA - Institut National de la Recherche Agronomique

IPLCs - Indigenous Peoples and Local Communities (Povos Indígenas e Comunidades Locais)

LAU - Licença Ambiental Única

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MPPA - Ministério Público do Estado do Pará

PA - Pará

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAB - Programa Alimenta Brasil

PCTs - Povos e Comunidades Tradicionais

PEAA - Plano Estadual Amazônia Agora

PEQA - Programa Estadual de Qualidade do Açaí

PGPM-Bio - Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade

PIB - Produto Interno Bruto

PlanBio - Plano Estadual de Bioeconomia do Pará

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

PPI - Programa de Produção Integrada de Alimentos

PRA - Programa de Regularização Ambiental

PRISMA - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

PRÓ-AÇAÍ - Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROSAF - Sistemas Agroflorestais Comerciais e Recuperação de Áreas Degradadas  
PTS - Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis  
RSL - Revisão Sistemática de Literatura  
RURAP - Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá  
SAF - Sistema Agroflorestal  
SciELO - Scientific Electronic Library Online  
SDPE - Subvenção Direta ao Produtor Extrativista  
SDR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (Amapá)  
SEDAP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Pará)  
SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda (Pará)  
SEMAM - Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Pará)  
SEMOP - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Pública (Macapá)  
SESMA - Secretaria Municipal de Saúde (Belém)  
SINIMA - Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente  
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
SUREG-AP - Superintendência Regional do Amapá (ligada à Conab)  
UFPA - Universidade Federal do Pará  
ZARC -Zoneamento Agrícola de Risco Climático

## SUMÁRIO

<b>1 EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA.....</b>	<b>15</b>
<b>2 ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS.....</b>	<b>20</b>
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
2.2 SUSTENTABILIDADE.....	23
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
<b>4 MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>30</b>
<b>5 POLÍTICAS FEDERAIS.....</b>	<b>31</b>
5.1 POLÍTICAS REGULATÓRIAS.....	33
5.2 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS.....	37
5.3 POLÍTICAS CONSTITUTIVAS.....	45
5.4 ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES PRODUTORAS....	46
<b>6 POLÍTICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.....</b>	<b>50</b>
6.1 POLÍTICAS REGULATÓRIAS.....	51
6.2 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS.....	52
6.3 DADOS REFERENTES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES PRODUTORAS DE AÇAÍ.....	57
6.4 POLÍTICAS REGULATÓRIAS.....	60
6.5 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS.....	62
6.6 POLÍTICAS CONSTITUTIVAS.....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado e ampliação da pesquisa de iniciação científica realizada com bolsa do CNPQ/UFPB (2025-2026) que teve por objetivo produzir o mapeamento das políticas públicas que incidem sobre a base primária de produção e comercialização do açaí no Amapá e no Pará. Ele é parte do projeto “Inov’Açaí” - Co-construção de conhecimentos, inovações e políticas públicas para sustentabilidade da produção comunitária na Bioeconomia Amazônica, financiado pela Iniciativa Amazônica + 10, executado por pesquisadores das Universidades Federais da Paraíba, Pará, Amapá e Universidade de Brasília, além de organizações sociais parceiras.

O extrativismo vegetal não madeireiro na Amazônia constitui uma atividade econômica ancestral que sustenta a subsistência e a identidade cultural de povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas. Dentre os produtos da sociobiodiversidade, o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) destaca-se pela relevância socioeconômica, representando uma das cadeias produtivas mais promissoras da bioeconomia regional. Originário da floresta amazônica, o açaí é colhido manualmente por comunidades locais. O estado do Pará concentra cerca de 90% da produção nacional de frutos in natura. O Amapá está em terceiro lugar na produção, atrás do Amazonas, mas possui um papel estratégico no contexto regional. Isso ocorre porque o ciclo produtivo do açaí no estado se dá, em grande medida, no período de entressafra do Pará, principal produtor nacional. Dessa forma, o Amapá passa a suprir uma parcela importante do mercado regional nesse período, especialmente no abastecimento das indústrias de processamento que operam fora do pico de colheita paraense (Superti, 2022).

A cadeia produtiva abrange etapas de produção primária (coleta e beneficiamento inicial), comercialização (via intermediários ou mercados formais), processamento industrial (polpa congelada, em pó ou bebidas) e distribuição global. O fruto tem ganhado valorização como superalimento rico em antioxidantes, fibras e nutrientes, impulsionando a expansão dos mercados consumidores. O mercado local e regional são os mais expressivos, mas o maior crescimento vem sendo registrado nos mercados internacionais (EMBRAPA, 2023, MMA, 2021).

No entanto, o crescimento da demanda global—com exportações brasileiras superando 20 mil toneladas anuais e presença em supermercados da Europa, EUA e Ásia (IBGE, 2024)— contrasta com as vulnerabilidades na base produtiva. Produtores tradicionais enfrentam desafios multifacetados que alimentam desigualdades: dificuldades logísticas para o escoamento do fruto, dependência de intermediários que capturam parte do valor agregado,

impactos das mudanças climáticas, acesso restrito a créditos e financiamentos, isolamento tecnológico e informacional, além de infraestrutura precária em áreas remotas. Esses entraves não apenas limitam a renda familiar, mas também ameaçam a sustentabilidade ambiental, uma vez que o extrativismo sustentável preserva a floresta em pé, contrastando com práticas de monocultura intensiva que degradam solos e biodiversidade (Garrett et al., 2024). Soma-se a isso um elevado nível de incerteza, associado à escassez de dados sistematizados e informações estruturadas sobre o setor (Bittencourt; Potiguar; Santos, 2024).

As políticas públicas têm um papel importante neste cenário. Elas são instrumentos de regulação, financiamento e incentivos que podem contribuir para equilibrar a cadeia produtiva, ampliar sua competitividade e fortalecer a inserção mais qualificada dos produtores em mercados. Elas podem, portanto, desempenhar um papel relevante na redução de desigualdades estruturais e promover melhores condições de produção, comercialização e organização coletiva dos atores envolvidos.

Esta pesquisa se insere neste debate, analisando as políticas públicas que incidem sobre a produção e comercialização primária do açaí no Amapá e no Pará. Adota-se a perspectiva da sociobioeconomia, conceito que integra o uso sustentável da biodiversidade com inclusão social e econômica, valorizando os saberes tradicionais como base para inovações que promovam o bem-estar comunitário e a conservação ambiental. Nesse framework, as políticas públicas são vistas como instrumentos capazes de mitigar desigualdades, mas cuja efetividade depende de articulação entre esferas federais, estaduais e municipais.

Assim, o problema central que este estudo busca elucidar é: Quais políticas públicas incidem sobre a base primária de produção e comercialização do açaí no Amapá e no Pará, e de que forma elas se articulam com a promoção da sustentabilidade na cadeia produtiva? Essa indagação ajusta as lentes de pesquisa tanto para o reconhecimento que quais são as políticas como para o debate sobre o diálogo entre as políticas públicas e a sustentabilidade aqui focada nas dimensões ambientais e sociais.

Teoricamente, o trabalho contribui para o avanço da discussão sobre políticas públicas na bioeconomia amazônica, utilizando a tipologia de Theodore Lowi (1964; 1972) para classificar as políticas públicas, revelando como esses mecanismos articulam a governança da cadeia e sustentabilidade ambiental. Cientificamente, agrega informações ao realizar um mapeamento empírico de 30 políticas específicas à cadeia do açaí, integrando análise qualitativa de documentos oficiais com dados de campo, o que enriquece a literatura sobre governança de recursos naturais e inclusão de povos tradicionais na Amazônia. Praticamente,

oferece subsídios para o aprimoramento de políticas, promovendo maior autonomia produtiva, redução de desigualdades e fortalecimento da resiliência comunitária, alinhando-se a agendas globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os relacionados à agricultura sustentável, consumo responsável e preservação da vida terrestre.

Assim o objetivo geral da pesquisa foi: mapear e analisar as políticas públicas que influenciam a produção e comercialização primária do açaí no Amapá e no Pará, discutindo a forma como elas se articulam com a promoção da sustentabilidade na cadeia produtiva. E, objetivos específicos foram: Identificar e classificar as políticas públicas no recorte da cadeia, categorizando-as conforme a tipologia de Lowi; Avaliar os desafios estruturais enfrentados pelos produtores tradicionais e o grau de conhecimento, acesso e implementação dessas políticas nas comunidades; Discutir a articulação entre as políticas mapeadas e a sustentabilidade.

Para alcançar esses objetivos a metodologia foi qualitativa exploratória, com revisão sistemática de literatura (RSL) seguindo o protocolo PRISMA para seleção de fontes acadêmicas e governamentais, análise documental e incorporação de achados empíricos de dos levantamentos do INOV'AÇAÍ.

O estudo está dividido em 4 seções além desta introdução e considerações finais principais: o primeiro contextualiza o extrativismo na Amazônia e detalha a cadeia produtiva do açaí; o segundo apresenta os aspectos teóricos-conceituais, abrangendo políticas públicas e sustentabilidade; o terceiro descreve a metodologia adotada; o quarto mapeia as políticas públicas na região; o quinto analisa as políticas federais, com ênfase em regulatórias, distributivas e constitutivas, além do acesso comunitário; o sexto examina as políticas estaduais e municipais no Amapá e Pará, incluindo dados sobre conhecimento e implementação pelos produtores.

## **1 EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA**

Os ciclos econômicos na Amazônia caracterizam-se por uma alternância entre intensa exploração de recursos naturais e subsequente declínio, com o extrativismo como eixo histórico da economia regional (Drummond, 1996). Homma (2014) destaca que essas atividades, baseadas em baixa tecnologia, seguem um padrão cíclico de expansão, estagnação e declínio, tanto temporal quanto espacial, revelando limites ecológicos e ausência de estratégias sustentáveis de manejo.

Desde o período colonial, a inserção amazônica na economia global seguiu uma lógica predatória: inicialmente focada em metais preciosos (mito do Eldorado), evoluiu para "drogas

do sertão" como cacau, cravo, salsaparrilha e urucum, incentivadas pela Coroa portuguesa, promovendo extração dispersa e instável, dependente de condições naturais (Gomes, 2018). Esse modelo sustentou-se em relações de trabalho desiguais, incorporando indígenas e trabalhadores locais de forma subordinada e coercitiva. No cacau, por exemplo, priorizou-se a coleta nativa sobre o cultivo, explorando conhecimentos indígenas enquanto resistia ao trabalho agrícola intensivo, negligenciando condições de vida das populações (Alden, 1976; Gomes, 2018).

O ciclo da borracha (final do século XIX-início do XX), impulsionado pela demanda internacional, exemplifica essas contradições: gerou crescimento econômico, mas via exploração laboral intensa. Seringueiros migrantes nordestinos foram presos ao sistema de aviamento, em endividamento permanente, enquanto indígenas sofreram trabalho forçado (Gomes, 2018). O isolamento geográfico (dispersão na floresta, precariedade de transportes e comunicação) reforçava assimetrias de poder, limitando organização coletiva e perpetuando vulnerabilidade social. Dependente de um único produto e sem políticas estruturantes, o colapso ante concorrência asiática resultou em crise profunda, confirmando a fragilidade dos ciclos extrativistas sem bases sustentáveis (Gomes, 2018).

O extrativismo na Amazônia foi, assim, historicamente estruturado por uma dupla negligência: de um lado, a exploração predatória dos recursos naturais, sem preocupação com sua regeneração; de outro, a marginalização das populações que sustentavam essas atividades, frequentemente excluídas dos benefícios econômicos gerados. Esse legado histórico é importante para compreender as dinâmicas contemporâneas da região.

Entretanto, diferentemente de ciclos anteriores, o açaí se insere em um cenário de crescente valorização global de produtos associados à sociobiodiversidade e à sustentabilidade. Mas, é preciso compreender que as heranças do extrativismo amazônico permanecem presentes, especialmente no que diz respeito às assimetrias de poder, à distribuição desigual de valor ao longo da cadeia e aos desafios de conciliar uso econômico e conservação ambiental. Assim, a análise da cadeia do açaí exige considerar não apenas suas dinâmicas atuais, mas também as continuidades históricas que moldam suas estruturas e contradições.

Historicamente, o açaí era um alimento de base local, fortemente associado às populações ribeirinhas da Amazônia, especialmente nas áreas de várzea, onde desempenhava papel central na alimentação cotidiana. A partir das décadas de 1960 e 1970, com o avanço da urbanização, esse padrão começa a se transformar, e o consumo do açaí se expande para os centros urbanos amazônicos. Esse processo marca o início de sua transição de produto

tradicional para mercadoria em expansão, ainda que acompanhado por práticas predatórias, como a derrubada de açazais para extração de palmito, em resposta à escassez de outras espécies exploradas no país (Homma, 2014; Anderson, 1992; Nogueira; Homma, 2014). Tal dinâmica revela a permanência de um padrão histórico de exploração voltado à maximização da produção, em detrimento da conservação ambiental (Tagore, 2019).

A partir das décadas de 1980 e 1990, o açaí ganha maior relevância econômica, inicialmente vinculado ao mercado de palmito e, posteriormente, à crescente demanda pela polpa, impulsionada por novos padrões de consumo em centros urbanos fora da Amazônia. Nesse momento, o produto passa a ser incorporado a circuitos mais amplos de mercado, especialmente entre consumidores de maior poder aquisitivo, evidenciando sua reconfiguração como mercadoria valorizada no contexto do capitalismo contemporâneo (Nogueira & Homma, 2014; Mourão, 1999; Rogez, 2000; Santana et al., 2006; Tagore, 2019).

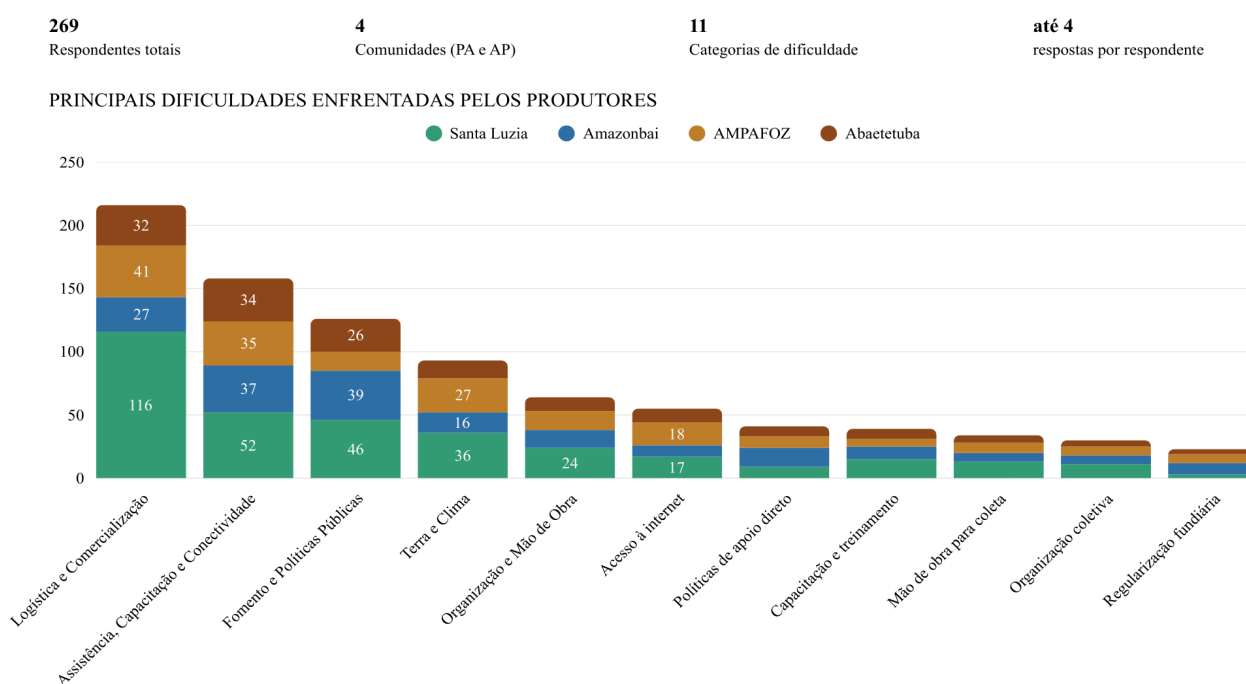
Nas décadas de 2000 e 2010, o açaí se consolida como um produto global, inserido em cadeias internacionais de valor e com demanda crescente em mercados externos. Esse movimento impulsiona a expansão e intensificação do manejo dos açazais, tanto em áreas de várzea quanto de terra firme, além de gerar um descompasso entre oferta e demanda, resultando na elevação dos preços e no aumento da pressão sobre os sistemas produtivos (Nogueira et al., 2005; Homma, 2014; Tagore, 2019).

Nesse contexto, destaca-se o papel das políticas públicas e das instituições de fomento, como o Banco da Amazônia (BASA) e a EMATER, que atuam no financiamento e na assistência técnica à produção, especialmente por meio de programas como o PRONAF. No entanto, como visto historicamente, a atuação do Estado tem priorizado o aumento da produção e da produtividade, em resposta às demandas de mercado, em detrimento de uma atenção mais equilibrada às condições dos produtores e à conservação ambiental. Assim, as políticas implementadas tendem a reforçar a expansão das relações capitalistas na região, reproduzindo padrões históricos de valorização econômica que nem sempre se traduzem em melhorias estruturais para as populações locais ou em sustentabilidade dos recursos naturais (Chaves, 2001; Tagore, 2019).

A partir disso, torna-se fundamental identificar os principais gargalos existentes na base primária de produção do açaí. Para essa análise, utilizam-se os dados do questionário aplicado no contexto do projeto Inov'Açaí, que reúnem 269 respostas de extrativistas distribuídos entre diferentes localidades e organizações parceira do projeto: Santa Luzia (PA), com 110 respondentes ligados a ECRAMA (Escola de Formação para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônicas); Abaetetuba (PA), com 81 cooperados da Cofruta

(Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba); Amazonbai (Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e Beira Amazonas), localizada na região de bailique, (AP), com 44; e AMPAFOZ (Associação das Mulheres Produtoras da Foz do Rio Mazagão Velho) com 34 participantes. Esses números perfazem aproximadamente 30% do total de cooperados ou associados às organizações. Embora o número total de respondentes ainda seja relativamente limitado, o conjunto de dados permite delinear uma perspectiva inicial sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos extrativistas. Esses desafios concentram-se, sobretudo, nas regiões de várzea — responsáveis pela maior parte da produção de açaí —, o que reforça a relevância e a representatividade das informações coletadas para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas e socioambientais que estruturam a cadeia de valor do produto. A partir disso, passa-se à análise do gráfico a seguir, que apresenta as respostas dos extrativistas sobre os principais problemas enfrentados na base produtiva do açaí.

Gráfico 1 - Principais dificuldades dos produtores



Fonte: Elaboração própria (2026), com base em dados de Inov'Açaí (2024).

A análise dos dados do Inov'Açaí evidencia que os gargalos na base primária da cadeia do açaí não são pontuais, mas estruturais e interconectados, refletindo as condições históricas de isolamento, baixa infraestrutura e inserção desigual dos extrativistas no mercado. O transporte aparece como o principal entrave em todas as comunidades analisadas, consolidando-se como o gargalo número um da produção. A forte dependência de deslocamento fluvial, aliada à precariedade da infraestrutura logística, torna o escoamento do açaí caro, demorado e incerto. Esse cenário reforça o isolamento das comunidades de várzea e

limita sua capacidade de acessar mercados mais vantajosos, criando um efeito em cascata sobre outros problemas, especialmente a comercialização.

Nesse contexto, o domínio dos atravessadores emerge como uma consequência direta dessas limitações logísticas. A ausência de infraestrutura para venda direta e de alternativas organizadas de comercialização reduz significativamente o poder de barganha dos extrativistas. Os dados mostram que, mesmo em localidades com presença de cooperativas, como Amazonbai, os atravessadores continuam sendo atores centrais na cadeia. Isso indica que a organização coletiva, embora importante, ainda não é suficiente para romper com a dependência estrutural desses intermediários, especialmente quando não acompanhada de investimentos em logística, armazenamento e acesso a mercados. Outro eixo relevante é o impacto crescente das mudanças climáticas, que já afetam diretamente a produtividade. A alta incidência de relatos sobre queda na produção, alterações no ciclo do fruto e degradação ambiental demonstra que os extrativistas estão na linha de frente dos efeitos climáticos. Esse fator agrava ainda mais a vulnerabilidade econômica dessas populações, pois reduz a previsibilidade da produção e compromete a renda. A falta de acesso a financiamento e crédito também se destaca como um gargalo central. Ainda que exista demanda por investimento produtivo, o medo do endividamento e as dificuldades de acesso aos mecanismos formais de crédito limitam a capacidade dos extrativistas de melhorar sua produção, investir em infraestrutura ou buscar alternativas de comercialização. Isso revela não apenas uma lacuna institucional, mas também um desalinhamento entre as políticas existentes e a realidade dessas populações.

Por fim, a carência de assistência técnica, capacitação e acesso à internet evidencia uma dimensão menos visível, porém igualmente crítica: o isolamento informacional e tecnológico. A ausência de suporte técnico contínuo e de conectividade restringe o acesso a inovações, políticas públicas e informações de mercado, perpetuando a dependência de intermediários e dificultando a adoção de práticas mais sustentáveis e eficientes. Em conjunto, esses elementos revelam que os gargalos da cadeia do açaí na base extrativista não podem ser compreendidos de forma isolada. Trata-se de um sistema de vulnerabilidades sobrepostas, no qual limitações logísticas, dependência comercial, riscos climáticos, restrições financeiras e exclusão informacional se reforçam mutuamente, exigindo respostas integradas no campo das políticas públicas e da organização produtiva.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS

Considerando a complexidade do objeto de estudo, que entrelaça políticas públicas e sustentabilidade social e ambiental, esta seção foi organizada em subseções. Tal estrutura faz-se necessária devido à vasta multidisciplinaridade e às divergências interpretativas inerentes a esses temas, exigindo um exame pormenorizado das diferentes correntes de pensamento antes de qualquer aplicação prática. Desta forma, após a exposição das categorias gerais, delimitaremos o aporte teórico específico adotado para esta pesquisa. Essa escolha justifica-se pela necessidade de utilizar um conceito que dialoga diretamente com a realidade da base primária de produção e comercialização do açaí no Amapá e no Pará, permitindo uma análise mais precisa sobre como essas atividades se articulam, ou não, com a sustentabilidade.

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao discutir políticas públicas, é necessário reconhecer a existência de divisões conceituais quanto à sua definição. Parte da literatura adota concepções mais abrangentes sobre o que constitui uma política pública, enquanto outras abordagens se diferenciam a partir do grau de protagonismo atribuído aos atores envolvidos em sua formulação e implementação. Nesta pesquisa, a perspectiva teórica adotada entende a política pública como produto de uma correlação de forças assimétricas (Poulantzas, 1990), envolvendo Estado, burocracia, mídias, classes sociais, movimentos e grupos econômicos. Entende-se que as políticas não têm por objetivo a resolução total dos problemas sociais, visto que estes são inerentes ao capitalismo, mas operam como instrumentos de atenuação de problemas específicos, priorizados por redes de atores. O Estado capitalista atua, assim, como uma arena na qual uma rede complexa de atores confronta interesses e disputa a legitimidade para definir a alocação dos custos e dos benefícios coletivos.

Dessa forma, as políticas públicas inserem-se na própria dinâmica do capitalismo globalizado, funcionando como mecanismos de gestão e contenção de suas contradições sociais (Boneti, 2012). A política pública é moldada pelo jogo político e, ao mesmo tempo, contribui para reconfigurá-lo (Lowi, 1972). Esses atores exercem pressão pelo reconhecimento de determinadas demandas e pela formulação de estratégias para enfrentá-las, mobilizando recursos e mecanismos institucionais para viabilizar políticas que atendam a esses interesses (Superti, 2011). Logo, a adoção da abordagem multicêntrica se justifica pelo fato de que o Estado não se resume ao seu aparato institucional, mas deve ser compreendido como uma

rede sociopolítica complexa, na qual relações de poder multidimensionais estruturam e consolidam diferentes atores sociais (Poulantzas, 1990).

A partir desse entendimento, adota-se neste trabalho a definição de Secchi (2014), segundo a qual política pública é uma diretriz intencional que orienta a ação, sendo compreendida como uma ação planejada para enfrentar um problema público. Destacam-se dois elementos centrais nessa definição: (1) a intencionalidade, explicitada publicamente por meio de instrumentos como leis, campanhas ou programas de intervenção; e (2) o problema público que se busca enfrentar. O termo “público”, nesse contexto, não se limita à centralidade do Estado. O adjetivo refere-se ao tratamento conferido a problemas coletivamente relevantes. Ainda que o Estado ocupe posição central — em razão de sua função moderna de formular políticas públicas, do monopólio legítimo da força e do controle de recursos nacionais que possibilitam ações amplas e duradouras —, ele não é o único ator responsável pelo atendimento das demandas coletivas. Assim, as políticas governamentais constituem somente uma parte do universo das políticas públicas. Adota-se, portanto, uma perspectiva multicêntrica, que reconhece a existência de múltiplos centros de decisão. Empresas, organizações não governamentais, organismos multilaterais e redes de políticas públicas também participam da formulação, implementação e liderança dessas políticas, inclusive no interior de estruturas estatais.

Assim como a definição do fenômeno, o conteúdo das políticas públicas também foram abundantemente classificados em tipologias, segundo Secchi (2010). Para o autor, tipologias são esquemas interpretativos baseados em variáveis e categorias analíticas que permitem organizar conteúdos, atores, estilos e instituições envolvidos nos processos de formulação e implementação das políticas públicas.

Diversos estudiosos, como Wilson (1974), Gustavsson (1980), Gormley (1986) e Bozeman e Pandey (2004), desenvolveram tipologias para a análise de políticas públicas. Este trabalho adota a tipologia proposta por Lowi (1964), cujo critério central é o impacto esperado na sociedade. Essa escolha se justifica por sua capacidade de evidenciar como diferentes tipos de políticas produzem efeitos distintos na sociedade e na estrutura de poder. Lowi classifica as políticas públicas em quatro categorias: regulatórias, distributivas, redistributivas, e constitutivas.

As políticas regulatórias são aquelas voltadas ao estabelecimento de padrões de comportamento para atores públicos e privados, bem como para a oferta de serviços e a produção de bens nos setores que buscam disciplinar. Trata-se de um tipo de política intrinsecamente conflituosa, uma vez que define regras, impõe restrições e produz efeitos

diferenciados entre os grupos envolvidos, explicitando quem são os beneficiados e aqueles que arcam com os custos da regulação. Sua formulação e aprovação ocorrem, em geral, em um contexto de dinâmica pluralista, no qual diferentes coalizões com interesses claros e, muitas vezes, opostos, disputam influência, sendo o resultado dessas políticas diretamente relacionado à correlação de forças existente na sociedade (Dias; Matos, 2015; Secchi, 2010).

No que se refere às políticas distributivas, estas se caracterizam pela alocação de recursos públicos para grupos, setores ou regiões específicas, com benefícios concentrados e custos diluídos no conjunto da sociedade. Esse tipo de política não impõe perdas claramente identificáveis a outros atores, o que reduz o nível de conflito político e faz com que sua dinâmica decisória ocorra em arenas marcadas pela negociação, pela barganha e pela troca de apoio entre os participantes. Na tipologia de Lowi (1972), as políticas distributivas caracterizam-se pela atribuição de vantagens particularizadas — como subsídios, incentivos fiscais, programas setoriais ou emendas parlamentares para obras localizadas — sem a necessidade de regulação direta do comportamento de indivíduos ou empresas. Seus benefícios tendem a ser “privatizados”, isto é, apropriados por públicos específicos, enquanto o financiamento provém da arrecadação geral. Conforme destaca Celina Souza (2006), por não produzirem, em geral, grupos claramente desfavorecidos, essas políticas são menos conflituosas do que as redistributivas. Entretanto, podem favorecer práticas clientelistas e patrimonialistas, ao priorizarem demandas particularistas em detrimento de critérios universalistas.

Por sua vez, as políticas redistributivas caracterizam-se por buscar a realocação de recursos financeiros, direitos ou benefícios entre diferentes grupos sociais, intervindo na estrutura econômico-social com o propósito de reduzir desigualdades (Dias; Matos, 2015). Em geral, alcançam um número amplo de beneficiários e implicam a transferência de vantagens para determinados segmentos às custas de outros, sendo, por isso, compreendidas como um jogo de soma zero. Por envolverem interesses divergentes e impactos diretos sobre distintos grupos, tendem a apresentar elevado grau de conflitividade, frequentemente marcadas pela disputa entre elites que defendem sua implementação e aquelas que se opõem à sua adoção (Secchi, 2010).

Por fim, as políticas constitutivas são aquelas que definem as regras sobre os poderes do Estado e sobre as próprias políticas públicas, moldando as condições em que as demais políticas são criadas. Elas estabelecem competências, jurisdições e relações entre os entes governamentais, geralmente gerando conflitos entre atores diretamente envolvidos, pois podem alterar o equilíbrio de poder. Exemplos incluem regras do sistema eleitoral, divisão de

competências e relações intergovernamentais. Apesar disso, costumam despertar menor interesse da sociedade civil, por não se tratarem de serviços ou ações diretas do governo.

Cabe destacar que, segundo Leonardo Secchi (2010), as fronteiras entre os tipos de políticas não são rígidas, pois muitas combinam características de diferentes categorias, como políticas de contratação, que apresentam elementos regulatórios e redistributivos. A tipologia de Theodore Lowi é valorizada por sua utilidade em análises comparativas. Em síntese, a política pública é multiforme: não possui uma forma concreta única, mas se materializa por meio de diversos instrumentos voltados à solução de problemas públicos.

Esse arcabouço teórico foi a base para o mapeamento e classificação das políticas públicas identificadas na pesquisa. Mas, os objetivos se expandem para o diálogo com a sustentabilidade, o que exigiu delimitar o recorte teórico deste conceito também

## 2.2 SUSTENTABILIDADE

Assim como ocorre com o campo das políticas públicas, o conceito de sustentabilidade apresenta múltiplas abordagens e definições, sendo frequentemente caracterizado como um termo guarda-chuva que abrange diferentes perspectivas teóricas e estratégias de desenvolvimento. Sob esse guarda-chuva, destacam-se três vias principais: a Economia Verde, a Economia Circular e a Bioeconomia (D'Amato et al., 2017). Contudo, observa-se uma significativa variação conceitual e a ausência de consenso na literatura quanto ao significado e ao escopo desses termos, o que exige um esforço de delimitação analítica. Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que os objetivos e metas da visão bioecológica estão intrinsecamente relacionados à sustentabilidade (Ferreira, 2024). Nesse sentido, a bioeconomia será compreendida como uma vertente da sustentabilidade e, a partir dessa definição, será realizado um processo de afinamento conceitual com o objetivo de explicitar a abordagem adotada na pesquisa.

A bioeconomia constitui um conceito polissêmico e em disputa, mobilizado por diferentes atores com projetos políticos e econômicos distintos, o que a torna menos uma categoria neutra e mais um campo de conflito em torno de estratégias de desenvolvimento (Bugge et al., 2016). Longe de representar um consenso, suas narrativas dominantes operam como enquadramentos que orientam prioridades tecnológicas, fluxos de financiamento e formas específicas de apropriação da natureza, produzindo efeitos concretos, sobretudo em regiões periféricas e ricas em biodiversidade, como a Amazônia. Nesse sentido, a tipologia proposta por Bugge et al. (2016), que distingue três abordagens principais: uma visão

biotecnológica, focada na inovação industrial; uma visão de bio-recursos, voltada à substituição de combustíveis fósseis por meio da biomassa; e uma visão bioecológica, orientada pelos processos naturais, pela conservação da biodiversidade e pela rejeição de monoculturas. expressa diferenças analíticas e revela projetos concorrentes de uso do território, de controle dos recursos naturais e de inserção na economia global.

Sob uma perspectiva crítica, a bioeconomia deve ser compreendida como um conceito atravessado por relações de poder, capaz de reproduzir assimetrias históricas entre centro e periferia e entre elites econômicas e populações tradicionais. Conforme argumenta Ferreira (2024), o caráter aparentemente consensual e sustentável da bioeconomia pode conferir legitimidade a novos ciclos de acumulação baseados na exploração de recursos naturais, mantendo estruturas desiguais de acesso à terra, ao conhecimento e aos benefícios econômicos. Nessa direção, Ollinaho e Kröger (2023) demonstram que a mobilização da bioeconomia como agenda de desenvolvimento pode favorecer a expansão de fronteiras extrativas “verdes”, nas quais a valorização econômica da biodiversidade ocorre em detrimento de direitos coletivos e de formas tradicionais de uso do território. Além disso, a alocação inadequada de recursos públicos e de financiamentos internacionais, orientada por essas narrativas hegemônicas, tende a direcionar investimentos para atividades que aprofundam a degradação ambiental e fragilizam os meios de subsistência locais, reforçando dinâmicas de dependência e expropriação.

A diversidade de significados atribuídos à bioeconomia pode ser sintetizada em três visões principais: biotecnológica, de bio-recursos e bioecológica, que expressam distintos projetos de desenvolvimento e diferentes formas de relação com a natureza (Bugge et al., 2016). A visão biotecnológica enfatiza a inovação tecnológica voltada a novas aplicações industriais; a perspectiva de bio-recursos prioriza a substituição de combustíveis fósseis por meio da conversão da biomassa em energia e novos produtos; enquanto a visão bioecológica se orienta pelos processos ecológicos, pela promoção da biodiversidade e pela rejeição de monoculturas. A inexistência de uma conceituação consensual, contudo, produz um risco analítico e político, ao permitir que estratégias heterogêneas e, por vezes, contraditórias sejam legitimadas sob a mesma narrativa de sustentabilidade.

Nesse contexto, os efeitos da bioeconomia mostram-se intrinsecamente dependentes das especificidades territoriais, institucionais e produtivas, podendo variar significativamente mesmo ao se tratar de um único produto florestal. A cadeia do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), principal expoente econômico da bioeconomia amazônica e primeiro produto a ultrapassar o valor de mercado de US\$ 1 bilhão (IBGE, 2023), evidencia essa ambivalência: quando

manejada em sistemas florestais biodiversos e associada a formas tradicionais de uso da terra, pode contribuir para a conservação ambiental e para o fortalecimento socioeconômico local. Entretanto, sua expansão acelerada e a intensificação do manejo e do cultivo têm sido acompanhadas por processos de simplificação ecológica, com erosão da biodiversidade (Freitas et al., 2021), e pelo aumento da vulnerabilidade social decorrente da especialização produtiva (Tregidgo et al., 2020). Dessa forma, a bioeconomia não pode ser compreendida como intrinsecamente sustentável, sendo necessário analisar criticamente as condições sob as quais seus diferentes modelos são implementados e seus efeitos sobre os territórios e as populações locais.

A partir das limitações analíticas e normativas associadas ao uso genérico do termo bioeconomia para explicar a sustentabilidade, observa-se, especialmente em contextos amazônicos, o fortalecimento do conceito de sociobioeconomia como uma alternativa teórica e política e situada territorialmente. Esse conceito busca incorporar dimensões frequentemente negligenciadas por outras abordagens vinculadas à sustentabilidade, como os modos de vida das populações locais, os conhecimentos tradicionais e as dinâmicas socioeconômicas que estruturam o uso dos recursos da biodiversidade. Esse deslocamento semântico reflete a busca por abordagens que incorporem de forma explícita as dimensões sociais, culturais e distributivas dos processos econômicos baseados na biodiversidade (Lesenfants et al., 2024). A sociobioeconomia refere-se, nesse sentido, à economia da floresta em pé e de sua sociobiodiversidade, enfatizando a geração de valor a partir da diversidade biocultural e o protagonismo de povos indígenas e comunidades locais nos processos produtivos e decisórios (Garrett et al., 2024). Trata-se de uma concepção que articula uso sustentável, restauração ecológica e manutenção de rios e ecossistemas saudáveis com a promoção do bem-estar, do reconhecimento de conhecimentos tradicionais, da garantia de direitos territoriais e da justiça social.

Nessa perspectiva, justiça — especialmente para jovens, mulheres indígenas e outros grupos historicamente marginalizados — e diversidade sociocultural constituem valores estruturantes. A sociobioeconomia propõe enfrentar a pobreza e as desigualdades por meio da transformação dos padrões de captura de valor, poder e representatividade ao longo das cadeias produtivas, buscando reduzir iniquidades estruturais que historicamente marcaram os modelos de desenvolvimento na região (Garrett et al., 2024). Ao deslocar o foco da mera substituição de insumos fósseis ou da inovação tecnológica para a centralidade dos territórios, dos sujeitos e das relações sociais, esse conceito oferece uma chave analítica mais adequada para compreender iniciativas econômicas baseadas na sociobiodiversidade amazônica e seus

potenciais efeitos em termos de sustentabilidade forte e justiça socioambiental (Garrett et al., 2023).

Desse modo, neste trabalho, a análise da relação entre políticas públicas e sustentabilidade estará diretamente ancorada no conceito de sociobioeconomia. Parte-se do entendimento de que políticas orientadas para esse paradigma são aquelas que promovem modelos econômicos baseados na restauração e no uso sustentável das florestas e dos rios, voltados ao bem-estar, à garantia de direitos territoriais e à valorização dos conhecimentos de povos indígenas e comunidades locais. Tais políticas abrangem iniciativas que conservam a diversidade cultural e ecológica e, simultaneamente, geram valor econômico a partir da biodiversidade, da agrobiodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Essa abordagem implica uma mudança na narrativa sobre o desenvolvimento regional, ao priorizar as oportunidades inclusivas associadas à floresta em pé e ao demandar a implementação de instrumentos que articulem proteção territorial, participação social, mecanismos de financiamento, estímulo à demanda e infraestrutura adequada para o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de etapas metodológicas complementares, combinando procedimentos de revisão sistemática de literatura RSL, análise documental e triangulação de dados. Inicialmente, realizou-se um mapeamento das políticas públicas relacionadas à cadeia produtiva do açaí por meio da RSL, conduzida e adaptada conforme as diretrizes do PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). As buscas primárias foram realizadas nas bases CAPES Periódicos, Scopus e SciELO, considerando publicações em português (PT) e inglês (EN). A tabela a seguir apresenta os termos, combinações e conceitos utilizados na estratégia de busca.

Quadro 1 – Combinações de busca e termos utilizados na RSL

Combinações de busca					
<b>Termos (PT)</b>	("política pública" AND "açaí")	("cadeia produtiva do açaí" AND "sustentabilidade")	("bioeconomia" AND "açaí" AND "Amazônia")	("agricultura familiar" AND "açaí" AND ("Amapá" OR "Pará"))	("política pública" AND "açaí" AND ("Amapá" OR "Pará") AND rural)

<b>Termos (EN)</b>	("public policy" AND "acai")	("acai value chain" AND "sustainability")	("bioeconomy" AND "acai" AND "Amazon region")	("family farming" AND "acai" AND ("Amapá" OR "Pará"))	("public policy" AND "acai" AND ("Amapá" OR "Pará") AND rural)
--------------------	------------------------------	---	---	---	--

Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa inicial resultou em 92 achados. Foi realizada a limpeza dos dados, excluindo-se duplicatas e materiais que não se caracterizavam como artigos científicos ou publicações técnicas. Deste processo, resultaram 72 artigos relacionados à temática da cadeia de valor do açaí, conforme a distribuição por base de dados apresentada na tabela a seguir:

Quadro 2 - Distribuição dos Textos por base de Dados

Base de Dados	Nº de Textos
CAPES	36
SCOPUS	31
SCIELO	5
Total	72

Fonte: Elaboração própria.

Foi, então, realizada uma triagem qualitativa, para compreender se os textos identificados estavam no escopo da pesquisa e com incidência nos estados do Pará e do Amapá. A partir desse processo, foram selecionados 27 trabalhos. A pesquisa nas bases de dados não estabeleceu um marco temporal inicial, em razão da limitada quantidade de publicações sobre o tema e da intenção de recuperar o maior número possível de estudos relevantes. Como marco final, definiu-se novembro de 2025, data correspondente à conclusão do levantamento bibliográfico. A análise desses documentos permitiu a identificação inicial de 22 políticas públicas específicas.

Subsequentemente, aplicou-se a metodologia de busca em “bola de neve”, utilizando tanto o mecanismo de busca Google quanto as referências presentes nos artigos previamente identificados, com o objetivo de localizar publicações adicionais relevantes e documentos complementares. Paralelamente, foram realizadas consultas diretas às páginas oficiais de órgãos governamentais, incluindo os portais institucionais dos estados do Amapá e do Pará, bem como suas respectivas agências de notícias. Nessas plataformas, as buscas foram realizadas a partir do termo “açaí”, o que resultou na leitura de mais de mil títulos de notícias e publicações institucionais, considerando-se inicialmente apenas os títulos como etapa de triagem preliminar.

O mesmo procedimento foi adotado nos sites das prefeituras de Belém e Macapá, com o objetivo de identificar legislações, programas e ações públicas que não haviam sido captadas pelas bases acadêmicas. Esse conjunto de procedimentos permitiu expandir o universo de fontes analisadas, incorporando relatórios, normativas e registros institucionais que não estavam indexados em bases acadêmicas tradicionais. Essa etapa mostrou-se fundamental para o mapeamento de políticas públicas no nível subnacional, frequentemente sub-representadas na literatura científica, resultando na identificação de outras 20 políticas públicas que não haviam sido citadas no mapeamento inicial realizado na Revisão Sistemática.

A partir da identificação das políticas, comparamos ao estudo as políticas públicas sistematizadas por Ariane Borges de Oliveira (2022) em sua dissertação de mestrado “*Políticas Públicas na Cadeia Global de Valor do Açaí no Amapá*”, as quais contribuíram para validar o conjunto final de políticas analisadas no Amapá, funcionando como referência cruzada no processo de consolidação do corpus documental.

Concluído as etapas do mapeamento, foram identificadas 43 políticas públicas mencionadas no contexto da cadeia de valor do açaí. Procedeu-se, então, uma etapa de análise individual dessas políticas, com o objetivo de compreender suas características, escopo e formas de incidência sobre a cadeia produtiva. Para fins de sistematização, as políticas públicas foram organizadas conforme a esfera federativa responsável por sua formulação e implementação, sendo classificadas em federais, estaduais e municipais. No caso das políticas municipais, a análise foi restrita às capitais dos estados analisados. Essa delimitação metodológica justifica-se pela inviabilidade de realizar o levantamento em todos os municípios dos estados que possuem atividades relacionadas à cadeia produtiva do açaí, considerando as limitações de tempo da pesquisa e a quantidade expressiva de municípios, comunidades e localidades que trabalham com açaí nos estados do Amapá e do Pará. Além disso, foi identificado o objetivo central de cada política pública, levando em consideração sua área de atuação, como inclusão produtiva, assistência social, meio ambiente, desenvolvimento rural, sociobioeconomia e segurança alimentar, com o propósito de compreender o tipo de intervenção promovida por cada iniciativa.

Adicionalmente, registrou-se o ano de criação ou de entrada em vigência das políticas, permitindo compreender há quanto tempo essas iniciativas foram efetivamente implementadas, bem como identificar se permaneceram em funcionamento ao longo do tempo ou se passaram por processos de descontinuidade ou esvaziamento institucional. As políticas foram ainda classificadas quanto à forma de impacto sobre a cadeia do açaí, distinguindo-se

entre impacto direto e impacto indireto. Consideraram-se de impacto direto aquelas que apresentam ações explicitamente voltadas à cadeia do açaí ou à sociobiodiversidade com interface direta com esse segmento produtivo. Já as políticas de impacto indireto são aquelas que influenciam as condições socioeconômicas, produtivas ou ambientais dos atores envolvidos na cadeia, mas que não foram formuladas especificamente para o setor do açaí, como programas de transferência de renda e políticas de Pagamento por Serviços Ambientais.

O escopo final do estudo restringiu-se exclusivamente às políticas de impacto direto com operabilidade comprovada entre 2015 e 2025, de modo a garantir a análise de instrumentos efetivamente operacionais, com capacidade real de produzir efeitos sobre o território e os atores da cadeia. Dessa forma, foram excluídas políticas ainda não plenamente implementadas até 2025, como o Plano Estadual de Apoio à Sociobioeconomia do Estado do Pará, bem como políticas que, embora formalmente instituídas, encontravam-se esvaziadas, descontinuadas ou sem evidências de execução a partir de 2015, como o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Assim, o conjunto final analisado foi composto exclusivamente por políticas com evidências de funcionamento efetivo no recorte temporal definido, assegurando maior consistência empírica à investigação.

Com base nos procedimentos de levantamento e seleção documental, restaram 30 políticas públicas pertinentes ao escopo da pesquisa. Essas políticas foram organizadas segundo a esfera federativa — federal, estadual e municipal (capitais) — e, para cada uma, foram sistematizadas informações referentes ao público-alvo, descrição das ações, ano de criação e principais atores institucionais responsáveis por sua formulação e implementação. A partir dessa sistematização, deu-se início à etapa de análise qualitativa, de caráter interpretativo e crítico, guiada pelo escopo teórico da pesquisa e pelos dados disponibilizados pelo projeto Inova Açaí. Essa etapa foi orientada pela seguinte questão de pesquisa: quais políticas públicas incidem sobre a base primária de produção e comercialização do açaí nos estados do Amapá e do Pará, e de que maneira se articulam com a sustentabilidade?

#### **4 MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Considerando os referenciais teórico da pesquisa, serão compreendidas como políticas públicas todas as diretrizes que se materializam por meio de instrumentos formais, tais como ações governamentais, programas, planos, projetos e marcos legais, orientados à produção de efeitos concretos na sociedade e ao enfrentamento de problemas de natureza pública. Assim, serão consideradas as iniciativas voltadas ao fortalecimento, à organização, à regulação, ao financiamento e à agregação de valor na cadeia produtiva do açaí nos estados do Pará e do

Amapá, desde que vigentes no período de 2015 a 2025, o que possibilita a análise de instrumentos contemporâneos e de seus desdobramentos mais recentes.

Desse modo, a partir dos mapeamentos realizados, foram identificadas 11 políticas públicas federais com incidência simultânea nos estados do Pará e do Amapá, constituindo a principal base normativa e programática para a cadeia produtiva do açaí em ambos os territórios. No âmbito estadual, observa-se a maior assimetria entre os casos analisados: enquanto o Pará concentra 8 políticas públicas, o Amapá possui 4 iniciativas. Na escala municipal, foram mapeadas 3 políticas em Macapá e 4 em Belém.

Quadro 3 - Políticas públicas na cadeia do açaí: Pará e Amapá

Políticas públicas		
Federal	PRONAF	
	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Povos Indígenas do Governo Federal (ATER)	
	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Alimenta Brasil	
	PNAE	
	PGPM-Bio — Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade	
	ZARC – Zoneamento Agrícola de Risco Climático	
	PNGATI — Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas	
	Rota do Açaí	
	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar	
	Política Nacional da Agricultura Familiar	
	Programa de Regularização Ambiental (PRA)	
Estadual	Amapá	Pará
	Isenção de ICMS	Programa Selo Açaí Bom
		Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA)
	Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (FRAP)	Decreto Estadual nº 1.522 — PA
	Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI)	Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí (PRÓ-AÇAÍ)
		PlanBio
	Selo Amapá	Fundo Garantidor Bioeconomia Produtor Rural
		Programa Territórios Sustentáveis (PTS)
Prosaf		

	<b>Macapá</b>	<b>Belém</b>
<b>Municipal</b>	Complexo Turístico Rampa do Açaí	Açaí no Ponto”
	Projeto ‘Mais Açaí Macapá’	Feira do Açaí - Complexo Ver-o-Peso
	Política de licenciamento ambiental	Casa do Açaí
Porto do Açaí		
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>23</b>

Fonte:Elaborado pela autora (2026)

A distribuição dos dados evidencia que a diferença quantitativa mais significativa entre os dois estados encontra-se na esfera estadual, ao passo que, nos níveis federal e municipal, observa-se um maior equilíbrio. Destaca-se que o conjunto das 11 políticas federais atua como uma espinha dorsal comum, orientando o desenvolvimento da cadeia em ambas as unidades da federação. No que tange aos eixos de atuação, nota-se que o nível estadual de ambos os estados concentra esforços na segurança alimentar, na concessão de isenções fiscais e no desenvolvimento da base primária da cadeia produtiva do açaí. Já na esfera municipal, predominam políticas voltadas à criação e manutenção de infraestruturas físicas e espaços de comercialização. Por fim, no âmbito federal, consolidam-se as diretrizes de fomento econômico e de regulação da cadeia de valor.

## 5 POLÍTICAS FEDERAIS

A tabela-resumo a seguir organiza as políticas públicas identificadas a partir de seus principais elementos — público-alvo, descrição, atores responsáveis, ano de implementação e a categoria na qual se enquadram segundo a tipologia de Lowi (1964). Embora se reconheça que algumas dessas políticas apresentem características que permitiriam classificá-las em mais de um tipo, optou-se por defini-las a partir de sua dimensão predominante, de modo a garantir maior coerência analítica e comparabilidade entre os caso

Quadro 4 - Políticas Federais

<b>Nome</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Atores</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipologia Lowi</b>
<b>PRONAF</b>	Agricultores familiares e PCTs*	Financiamento para custeio e investimento em infraestrutura produtiva familiar.	MDA / MAPA	1996	Distributivas
<b>ATER</b>	Agricultores familiares e PCTs*	Serviços gratuitos de assistência técnica, extensão rural e gestão produtiva.	ANATER / MDA	2010	Distributivas

<b>PAA (Alimenta Brasil)</b>	População em Insegurança Alimentar, Agricultores familiares e PCTs*	Compra direta de alimentos com dispensa de licitação para redes socioassistenciais.	MDS / MDA	2003	Distributivas
<b>PNAE</b>	Agricultores familiares e PCTs*, Estudantes da rede pública	Repasse de recursos para merenda escolar, com cota mínima de 30% da agricultura familiar.	MEC / FNDE	1955	Distributivas
<b>PGPM-Bio</b>	Agricultores familiares e PCTs*	Garantia de preço mínimo e subvenção direta para produtos da sociobiodiversidade.	CONAB / MAPA	2009	Distributivas
<b>ZARC (Açaí)</b>	Produtores de açaí (cultivo irrigado)	Mapeamento de riscos climáticos para orientação de plantio e acesso ao seguro agrícola.	EMBRAPA / MAPA	2024	Regulatórias
<b>PNGATI</b>	Povos indígenas	Diretrizes para gestão ambiental, territorial e uso sustentável em terras indígenas.	FUNAI / MMA	2012	Regulatórias
<b>Rota do Açaí</b>	**APLs (Produtores, empresas e instituições)"	Coordenação de ações multissetoriais para integração produtiva e desenvolvimento regional.	MIDR	2018	Distributivas
<b>CAF</b>	Agricultores familiares e PCTs*	Cadastro oficial de identificação para acesso a todas as políticas de apoio rural.	MDA	2017	Constitutiva
<b>Política Nac. da Agr. Familiar</b>	Agricultores familiares e PCTs*	Marco legal que define diretrizes e o enquadramento do agricultor familiar no Brasil.	MDA	2006	Constitutiva
<b>Cadastro Ambiental Rural</b>	Agricultores familiares e PCTs*	Regularização de passivos ambientais em áreas de preservação e reserva legal.	MMA	2012	Regulatórias

Fonte: Elaboração própria (2026)

\***Agricultores Familiares e PCTs:** Refere-se a pequenos produtores rurais e Povos e Comunidades Tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, etc.)

\*\***APLs (Arranjos Produtivos Locais):** Coletivos que reúnem produtores, empresas e instituições para fortalecer a economia de uma região específica.

Como observado anteriormente, é na esfera federal que se concentra a maior parte das políticas que incidem sobre a base primária da cadeia do açaí. Contudo, entre as onze políticas identificadas, apenas uma foi concebida especificamente com foco nessa cadeia produtiva, o que evidencia o caráter ainda transversal — e não setorial — da atuação estatal nesse segmento. As demais possuem natureza mais abrangente, sendo direcionadas a diferentes atividades produtivas; ainda assim, no contexto regional analisado, têm gerado impactos diretos sobre a produção, o manejo e a comercialização do açaí. Em alguns casos, a inserção dessa cultura ocorreu de forma posterior à criação da política, como no Zoneamento Agrícola

de Risco Climático (ZARC), instituído em 1996 e que somente em 2024 passou a contemplar o açaí em seus parâmetros técnicos (Monteiro, 2021), refletindo o crescimento econômico e a maior relevância dessa cadeia nos últimos anos.

A análise a seguir será organizada a partir das tipologias de políticas públicas propostas por Lowi (1964;1972). Ressalta-se, contudo, que o objetivo não é realizar um exame aprofundado de cada política em si, mas compreender de que maneira seus instrumentos, diretrizes e formas de implementação se articulam com a cadeia produtiva do açaí e em que medida dialogam com a perspectiva da sociobioeconomia. Busca-se, assim, identificar como essas políticas incidem sobre a base primária da produção e se contribuem para o fortalecimento de modelos produtivos orientados pelo uso sustentável dos recursos, pela valorização dos territórios e pela geração de renda para povos e comunidades tradicionais.

## 5.1 POLÍTICAS REGULATÓRIAS

Os exemplos mais recorrentes desse tipo de política estão as regulamentações dos setores econômicos, as normas do sistema financeiro, os códigos de trânsito, a legislação de defesa do consumidor, as leis ambientais e os códigos de ética, todos voltados à ordenação e ao controle de determinadas atividades e comportamentos (Dias; Matos, 2015; Secchi, 2010).

Seguindo essas questões, o Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), instituído pelo Decreto nº 9.841/2019, tem como objetivo qualificar e ampliar as informações sobre riscos agroclimáticos no Brasil, subsidiando a formulação e a operacionalização de políticas públicas e instrumentos de gestão agrícola. Por meio de metodologia desenvolvida pela Embrapa e adotada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, o programa analisa dados de clima, solo e ciclos das culturas para indicar, ao nível municipal, as melhores épocas de plantio, reduzindo as perdas causadas por eventos climáticos adversos. Criado em 1996, inicialmente para o trigo, o ZARC atualmente abrange todas as unidades da federação e mais de 40 culturas, sendo seus resultados utilizados como referência para o acesso a instrumentos como o Proagro, o seguro rural e o crédito agrícola, que frequentemente condicionam sua concessão ao cumprimento das recomendações do zoneamento (Brasil, 2023).

Em fevereiro de 2024, o açaí passou a contar com o seu primeiro Zoneamento Agrícola de Risco Climático, com o objetivo de mapear e orientar o cultivo com foco exclusivo no sistema de produção irrigado. A transição da extração em áreas de várzea para o cultivo em terra firme irrigada foi uma resposta da pesquisa agropecuária, especialmente da

Embrapa, ao aumento acelerado da demanda. Segundo o IBGE, entre 2015 e 2022, a área colhida no Brasil saltou de 137 mil para 233 mil hectares e a produção cresceu de 1 milhão para 1,7 milhão de toneladas, o que gerou a necessidade de quantificar os riscos climáticos, indicar as melhores regiões e épocas para o plantio e garantir maior estabilidade à produção (Lima, 2016). A publicação desse ZARC constitui um marco regulatório fundamental para a estruturação econômica da cadeia produtiva, pois subsidia as operações financeiras e os mecanismos de mitigação de risco e funciona como requisito básico para acesso ao Proagro e ao Proagro Mais (Pronaf) (Lima, 2024), tendo como principais achados a segurança para a expansão do plantio do fruto para outras regiões e a maior previsibilidade climática da produção.

A inclusão do açaí no programa representa um elemento central para a consolidação dessa cadeia produtiva ao permitir a quantificação dos riscos, a definição de parâmetros técnicos e, sobretudo, a viabilização do acesso a mecanismos de financiamento fundamentais para a estabilidade da produção, dialogando com as discussões sobre bioeconomia que enfatizam a urgência de instrumentos financeiros adequados para estimular soluções produtivas sustentáveis. Ao funcionar como requisito para o acesso ao Pronaf, ao Proagro e aos seguros rurais, o ZARC reduz a vulnerabilidade produtiva, amplia as condições de financiamento e confere maior resiliência econômica aos produtores, contribuindo para a estabilização da oferta e dos meios de subsistência associados ao uso de ecossistemas nativos e à produção de base familiar (Lima, 2024).

Entretanto, sua formatação atual evidencia tensões relevantes quando analisada sob a perspectiva da sociobioeconomia. Ao ser concebido exclusivamente para sistemas irrigados em terra firme, o zoneamento induz uma transição produtiva baseada em um pacote tecnológico de intensificação que pode deixar à margem os produtores tradicionais ribeirinhos e extrativistas de várzea do Pará e do Amapá, priorizando um modelo que o próprio documento classifica como incompatível com a bioeconomia. A sociobioeconomia alerta criticamente para o risco de transformar a sociobiodiversidade em matérias-primas homogêneas (commodities), cujos lucros são capturados por elites ou por atores externos à região amazônica. Nesse sentido, ao validar e incentivar o plantio de açaí em outras regiões do país, como no Centro-Oeste e no Sudeste, o ZARC facilita a migração do eixo econômico dessa cadeia de valor para fora do bioma amazônico. Assim, embora seja uma política pública essencial para garantir o acesso ao crédito rural e reduzir os riscos agrônômicos, sua lógica operacional permanece orientada por uma racionalidade de mercado agrícola convencional — baseada no cultivo em terra firme e em sistemas mais homogêneos —, o que entra em atrito

com a visão holística da sociobioeconomia, que exige políticas capazes de reter a riqueza nas comunidades locais da Amazônia, valorizar os arranjos socioecológicos tradicionais do Pará e do Amapá e fortalecer os meios de vida das populações que historicamente estruturam essa cadeia produtiva (Garrett, 2023)

Assim como o ZARC, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) não foi desenhada exclusivamente para a cadeia de valor do açaí. Entretanto, suas diretrizes, metas e instrumentos dialogam com essa cadeia ao promover o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos conhecimentos tradicionais e o fortalecimento das iniciativas produtivas nos territórios indígenas. A PNGATI tem como objetivo orientar ações estratégicas para a gestão e a proteção das terras indígenas no Brasil, buscando promover a proteção territorial, fortalecer a governança indígena, estimular o uso sustentável dos recursos naturais, valorizar os conhecimentos tradicionais e assegurar a participação indígena nos processos decisórios. Trata-se de uma política que propõe ações e metas a serem executadas de forma integrada por instituições governamentais, organizações indígenas e organizações indigenistas, em prol da qualidade de vida e do bem-estar nas Terras Indígenas do país (FUNAI, 2026).

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental, referente ao período de 2016 a 2019, representa uma importante conquista dos povos indígenas, entre seus eixos, destaca-se o Eixo 05 – Uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas, no qual a Fundação Nacional dos Povos Indígenas tem apoiado ações de manejo de baixo impacto de açaiçais nativos nas Terras Indígenas do Oiapoque. Essa iniciativa visa à melhoria da produção de açaí, à valorização da biodiversidade e ao fortalecimento de estratégias econômicas baseadas na manutenção da floresta em pé (FUNAI, 2016). A PNGATI foi construída com a participação dos povos indígenas, com o objetivo de reconhecer e apoiar a gestão ambiental e territorial realizada por esses povos em seus territórios. Dessa forma, a política pública cria espaços e oportunidades de diálogo entre os povos indígenas e o Estado, buscando somar esforços no enfrentamento dos desafios históricos e estruturais vivenciados por esses povos no Brasil (FUNAI, 2026).

No contexto do PNGATI, a sociobioeconomia é compreendida como um modelo econômico baseado no uso sustentável da floresta em pé, orientado para a promoção do bem-estar, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a garantia dos direitos territoriais dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (IPLCs) (Garrett et al., 2023). A política materializa, assim, de forma direta esses princípios ao priorizar a proteção territorial e o fortalecimento da governança indígena. Os sistemas produtivos indígenas, especialmente os

sistemas agroflorestais, são reconhecidos como alguns dos modelos mais antigos e resilientes de sociobioeconomia, uma vez que geram valor econômico com reduzidos impactos ambientais e elevada conservação da biodiversidade. A PNGATI contribui para o fortalecimento desses sistemas ao estimular o uso sustentável dos recursos naturais nos territórios indígenas e ao apoiar iniciativas produtivas alinhadas aos modos de vida tradicionais.

Outro elemento central da sociobioeconomia refere-se à construção de processos de planejamento inclusivos e colaborativos, que respeitem as instituições próprias e as formas de organização social dos povos indígenas (Garrett et al., 2023). A PNGATI avança nessa direção por ter sido formulada de maneira participativa, criando espaços institucionais de diálogo entre o Estado e os povos indígenas. Entretanto, embora seja uma das políticas que mais dialogam com a dimensão da sustentabilidade no âmbito deste trabalho, a PNGATI também apresenta lacunas significativas no que se refere à disponibilidade de informações atualizadas sobre a implementação de suas ações. Observa-se uma baixa presença de dados sistematizados e de monitoramento contínuo das iniciativas, o que limita a avaliação de seus resultados e de seus impactos concretos sobre as dinâmicas produtivas e territoriais.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pela Lei nº 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA) e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2/2014, é um registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais que tem como finalidade integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Por meio dele, são identificadas e georreferenciadas as Áreas de Preservação Permanente, as Reservas Legais, as áreas de uso restrito, os remanescentes de vegetação nativa e as áreas consolidadas, constituindo uma base estratégica para o monitoramento ambiental, o planejamento territorial e o combate ao desmatamento. A inscrição no cadastro representa o primeiro passo para a regularização ambiental do imóvel rural, uma vez que reúne dados fundiários, informações sobre o responsável pela área e a delimitação espacial dos diferentes usos do solo, passando a ser requisito para o acesso a políticas públicas, crédito rural e programas governamentais, além de contribuir para a segurança jurídica e produtiva dos agricultores familiares e extrativistas (Brasil, 2026c).

No contexto da cadeia de valor do açaí, especialmente no extrativismo de base comunitária realizado em áreas de floresta nativa, o CAR atua como um instrumento de formalização ambiental da produção e de inserção dos produtores nas dinâmicas econômicas e institucionais da cadeia. A partir da regularização ambiental, os extrativistas passam a acessar linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF) e mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que amplia as possibilidades de investimento em manejo, infraestrutura e comercialização, além de garantir maior estabilidade de renda (AGÊNCIA PARÁ, 2019). Ao mesmo tempo, o cadastro permite comprovar que a produção ocorre em áreas manejadas de forma sustentável, fortalecendo o modelo de uso da floresta em pé e inserindo o açaí na lógica da sociobioeconomia, na medida em que articula conservação ambiental, geração de valor econômico e reconhecimento dos modos de vida das populações tradicionais.

Dessa forma, embora não seja uma política voltada especificamente para essa cadeia produtiva, o CAR condiciona o acesso aos principais mecanismos de financiamento e mercado, tornando-se um elemento estruturante para a formalização, a sustentabilidade e a valorização econômica do açaí nativo. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabiliza a sociobioeconomia ao comprovar que o açaí é produzido em áreas de floresta nativa manejadas de forma sustentável, permitindo sua rastreabilidade e valorização no mercado. Ao mesmo tempo, funciona como requisito para acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e aos mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aumentando a renda e a formalização dos extrativistas. Assim, garante segurança jurídica, reduz a dependência de atravessadores e insere a cadeia do açaí em uma lógica econômica baseada na conservação da floresta.

## 5.2 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS

As políticas distributivas foram as mais encontradas no mapeamento realizado no âmbito federal. Essas políticas visam reduzir desigualdades e ampliar o acesso a incentivos, crédito e programas governamentais, especialmente para agricultores familiares e populações tradicionais. No contexto analisado, destacam-se como instrumentos fundamentais para o fortalecimento da produção, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) enquadra-se como política distributiva, na medida em que direciona benefícios específicos — como assistência técnica, capacitação e fomento produtivo — a um público delimitado, a exemplo de agricultores familiares, extrativistas e povos indígenas, enquanto seus custos são diluídos no orçamento público. Por não gerar perdas diretamente identificáveis a outros grupos, apresenta baixa conflitividade e desenvolve-se em arenas marcadas pela negociação e pela cooperação institucional. A ATER constitui, nesse contexto, um dos principais instrumentos de

operacionalização das políticas públicas no meio rural, ao atuar como elo entre a formulação estatal e sua efetivação junto aos produtores (Brasil, 2018). Mais do que um mecanismo de difusão tecnológica, trata-se de um processo educativo continuado que articula conhecimento técnico-científico, saberes tradicionais e estratégias de desenvolvimento produtivo e social. No plano institucional, sua implementação ocorre por meio de arranjos federativos e parcerias, nas quais o governo federal realiza o planejamento e o financiamento, enquanto órgãos estaduais e entidades executoras promovem a ação direta junto às comunidades.

No âmbito da cadeia do açaí, a ATER desempenha papel central na consolidação da sociobioeconomia, ao incentivar práticas de manejo sustentável, diversificação produtiva e segurança alimentar, além de viabilizar o acesso a políticas complementares, como crédito e mercados institucionais. Quando estruturada de forma participativa — com a incorporação de técnicos locais e indígenas —, contribui para a valorização dos conhecimentos tradicionais e para a adequação das tecnologias às dinâmicas socioambientais da várzea e do igapó (Brasil, 2025).

A PGPM-Bio, criada em 2009 pelo Governo Federal como desdobramento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) de 1943, tem como objetivo assegurar renda aos produtores agroextrativistas, promover sua inclusão produtiva e contribuir para a redução do desmatamento por meio da valorização da biodiversidade (CONAB, 2019). A política opera por meio da Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE), compensando financeiramente os produtores que comercializam seus produtos abaixo do preço mínimo definido anualmente pelo Ministério da Agricultura, com base em custos de produção, dinâmica de mercado e conjuntura econômica. Além de mitigar os efeitos da sazonalidade e da volatilidade dos preços dos produtos extrativos, a PGPM-Bio incentiva a conservação dos biomas ao fortalecer a comercialização de produtos da sociobiodiversidade e a lógica da sociobioeconomia, articulando geração de renda com proteção ambiental e reconhecimento dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais (CONAB, 2019). Trata-se de uma política de caráter distributivo, acessível a extrativistas individuais ou organizados em associações e cooperativas, mediante o cumprimento de requisitos cadastrais e documentais.

Atualmente, a política contempla 17 produtos extrativistas, entre eles o açaí, cuja inclusão e permanência são deliberadas por um comitê gestor vinculado ao MAPA. Entre 2009 e 2020, foram registrados cerca de 90 mil acessos, com a execução de aproximadamente R\$ 72 milhões em subvenções para mais de 100 mil toneladas de produtos florestais não madeireiros (CONAB, 2021). No estado do Amapá, a cadeia do açaí passou a acessar a PGPM-Bio a partir de 2016, somando, até 2021, R\$ 684.229,59 em subvenções e 534

produtores contemplados, concentrados nos municípios de Macapá, Bailique e Mazagão. A adesão ao programa varia conforme o comportamento dos preços de mercado — em 2021, por exemplo, não houve solicitações porque os valores de comercialização permaneceram acima do mínimo estabelecido — e também em função da disponibilidade de outros programas federais, como o Programa Alimenta Brasil, que pode reduzir a demanda pela subvenção quando absorve a produção local (Oliveira 2022).

As solicitações de subvenção da PGPM-Bio na cadeia do açaí no Amapá foram realizadas exclusivamente por associações e cooperativas localizadas nos municípios de Macapá e Bailique, algumas das quais acessaram o programa em mais de um ano. Entre as organizações contempladas estão a AGROIGARAPÉ (2016), a APAIF (2018, 2019 e 2020), a AGROBACABA (2018 e 2019), a Associação São João (2019 e 2020) e a APIM (2020), conforme dados da CONAB. Segundo a representante da SUREG-AP/CONAB, a variação no número de acessos à PGPM-Bio está relacionada à presença de outros mercados institucionais, especialmente o Programa Alimenta Brasil (PAA), (Oliveira,2022) . Quando há maior disponibilidade de recursos nesse programa — como ocorreu durante a pandemia — a produção é absorvida por ele, reduzindo a demanda pela subvenção da PGPM-Bio; por outro lado, a diminuição dos recursos do PAA tende a estimular novos acessos à política.

A PGPM-Bio configura-se como um dos principais instrumentos de operacionalização da sociobioeconomia ao criar condições concretas para que o extrativismo seja economicamente viável, socialmente inclusivo e ambientalmente conservador. Ao assegurar renda mínima por meio da SDPE, a política corrige falhas estruturais de mercado associadas à volatilidade de preços e à sazonalidade da produção, reduzindo a vulnerabilidade dos extrativistas e permitindo a continuidade de atividades baseadas no uso sustentável dos recursos florestais (Oliveira, 2022). Nesse sentido, ao valorizar economicamente produtos como o açaí nativo, a PGPM-Bio transforma a sociobioeconomia em um ativo competitivo frente a atividades predatórias, articulando geração de renda com conservação ambiental.

Além disso, seu acesso predominantemente via associações e cooperativas fortalece o capital social, amplia o poder de barganha dos produtores e contribui para a governança territorial, elementos centrais para a inclusão produtiva e o reconhecimento dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Por fim, sua atuação complementar a outras políticas, como o Programa Alimenta Brasil, evidencia a necessidade de um arranjo intersetorial para a sustentação das cadeias da sociobiodiversidade, funcionando como mecanismo de estabilização da renda em contextos de oscilação do mercado institucional. Dessa forma, na cadeia do açaí, especialmente no Amapá, a PGPM-Bio reduz a histórica

desvantagem econômica das economias florestais e converte a conservação ambiental em estratégia concreta de reprodução social e dinamização produtiva, expressando, na prática, os fundamentos da sociobioeconomia.

O PRONAF, instituído pelo Decreto nº 1.946/1996, tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar por meio do financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias, promovendo geração de renda, melhor aproveitamento da mão de obra familiar e agregação de valor à produção. Sua criação representou uma inflexão nas políticas agrícolas brasileiras, que desde a modernização conservadora dos anos 1970 priorizavam os grandes produtores, inserindo os agricultores familiares na agenda do desenvolvimento econômico. Consolidou-se como a principal política de crédito para esse segmento, oferecendo as menores taxas de juros do crédito rural e prazos de pagamento mais adequados.

Ao longo de sua trajetória, já financiou mais de R\$ 180 bilhões em cerca de 30 milhões de contratos, alcançando 4.963 municípios e aproximadamente 2,6 milhões de estabelecimentos rurais (BNDS, 2024). Seu público-alvo é amplo e inclui, além dos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, povos indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário. O acesso ao programa ocorre por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), emitida gratuitamente por sindicatos rurais ou pela ATER. A DAP identifica a unidade familiar, sua renda, atividades produtivas e uso da terra, direcionando o beneficiário à linha de crédito adequada (BNDS, 2024). Além de ser requisito para o PRONAF, também permite o acesso a outras políticas públicas, como a PGPM-Bio e o PAB, e possui validade de dois anos.

No caso da cadeia do açaí, os extrativistas acessaram principalmente a linha PRONAF ABC+ Floresta por meio do Banco da Amazônia (BASA), mediante apresentação de projeto técnico. Essa modalidade financia sistemas agroflorestais, manejo florestal sustentável, recomposição de áreas de preservação, recuperação de áreas degradadas e enriquecimento de florestas com espécies nativas. Os dados de execução mostram crescimento do programa no financiamento do açaí entre 2017 e 2021: foram 2.042 operações, com aumento significativo do volume de recursos, que passou de cerca de R\$ 4,7 milhões em 2017 para mais de R\$ 17,2 milhões em 2021, evidenciando sua relevância para a estruturação produtiva e a sustentabilidade da atividade extrativista no estado (Oliveira 2022).

O PRONAF constitui um dos principais instrumentos financeiros de viabilização da sociobioeconomia ao transformar o manejo sustentável da floresta em atividade economicamente viável para agricultores familiares e extrativistas. Por meio de linhas como o

PRONAF ABC+ Floresta, o programa financia sistemas agroflorestais, recuperação de áreas degradadas e tecnologias de baixo impacto, favorecendo a lógica da Sociobioeconomia para a Amazônia. Ao incluir povos indígenas, quilombolas e comunidades extrativistas como público elegível e utilizar a DAP como mecanismo de reconhecimento estatal, o crédito chega aos atores que conservam a biodiversidade, fortalecendo seus territórios e sua autonomia produtiva. Além disso, ao permitir investimentos em estrutura, beneficiamento e logística, o PRONAF contribui para a agregação de valor local, reduz a dependência de atravessadores e aumenta a resiliência socioambiental dos sistemas produtivos frente às mudanças climáticas, consolidando-se como um motor econômico da sociobioeconomia na cadeia do açaí.

A Rota do Açaí integra a estratégia federal de desenvolvimento regional vinculada à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), criada em 2007 e atualizada pelo Decreto nº 9.810/2019. A PNDR tem como objetivo reduzir desigualdades econômicas e sociais entre e dentro das regiões brasileiras, promovendo crescimento, geração de renda e melhoria da qualidade de vida. Para isso, estabelece quatro objetivos centrais — como a convergência do desenvolvimento regional, o fortalecimento de redes urbanas, o aumento da competitividade e a agregação de valor a cadeias produtivas estratégicas — além de eixos de intervenção que envolvem desenvolvimento produtivo, infraestrutura, ciência e tecnologia, qualificação profissional e fortalecimento institucional (Brasil, 2024a).

Nesse contexto, foi criada a Estratégia Rotas de Integração Nacional, que articula cadeias produtivas estratégicas por meio da coordenação entre governo federal, estados, municípios e setor privado. Entre as dez cadeias contempladas está a Rota do Açaí, implementada inicialmente no Pará, com polos ativos desde 2018 (Baixo Tocantins, Nordeste Paraense e Marajó Floresta), e com previsão de expansão para Roraima e Amapá (Brasil, 2024a).

No Amapá, o chamado Polo Tucuju foi formalmente incluído na estratégia, com reuniões de articulação realizadas em 2017 envolvendo órgãos estaduais, federais e instituições como Sebrae, Embrapa e universidades. No entanto, a pesquisa identificou que, após as articulações iniciais, não houve ações concretas registradas no estado. Relatórios posteriores indicam dificuldades orçamentárias da SUDAM e impacto da pandemia em 2020, o que pode ter contribuído para a paralisação das atividades. Assim, embora o projeto permaneça formalmente ativo, sua implementação no Amapá não apresentou avanços significativos nos últimos anos analisados (Oliveira 2022).

A Rota do Açaí, vinculada à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), relaciona-se com a sociobioeconomia ao buscar estruturar a cadeia produtiva do açaí de forma

integrada, territorializada e orientada à redução das desigualdades regionais, articulando desenvolvimento econômico, agregação de valor e inclusão social na Amazônia. Ao incentivar a verticalização da produção, o processamento local e o fortalecimento de polos produtivos, a estratégia dialoga com o princípio sociobioeconômico de manter a riqueza da biodiversidade no próprio território, promovendo geração de renda, inovação e competitividade sem comprometer a integridade da floresta em pé. Além disso, ao prever ações em infraestrutura, ciência, tecnologia e governança multissetorial — envolvendo órgãos federais, estaduais, instituições de pesquisa e atores locais — a Rota busca criar um ambiente institucional capaz de sustentar uma bioeconomia inclusiva. Contudo, as dificuldades orçamentárias e a ausência de ações concretas evidenciam que a consolidação da sociobioeconomia enfrenta entraves estruturais e de continuidade institucional, limitando sua capacidade de transformar o potencial biológico da região em bem-estar social efetivo para as comunidades locais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei nº 11.947/2009 e regulamentado pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, constitui uma das principais políticas públicas de segurança alimentar do país. Operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa realiza o repasse automático de recursos federais a estados, municípios e escolas federais para garantir alimentação escolar a aproximadamente 40 milhões de estudantes da educação básica pública e de instituições conveniadas. O cálculo dos repasses considera o número de matrículas registradas no Censo Escolar, os 200 dias letivos e valores per capita diferenciados por etapa de ensino. Além de assegurar o direito à alimentação adequada e promover hábitos alimentares saudáveis, o PNAE estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos sejam destinados à compra direta da agricultura familiar, priorizando assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas e grupos de mulheres — sendo que, desde 2023, ao menos 50% das compras individuais devem ser realizadas em nome de mulheres rurais Brasil (2026a). A execução é acompanhada pelos Conselhos de Alimentação Escolar e fiscalizada por órgãos como o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público.

No contexto da cadeia de valor do açaí, o PNAE atua como um importante mecanismo de dinamização econômica ao criar demanda institucional estável e previsível para produtos regionais. A exigência de que os cardápios sejam elaborados por nutricionistas e respeitem hábitos alimentares locais abre espaço para a inserção do açaí como alimento culturalmente relevante e nutricionalmente adequado, especialmente na região Norte. Ao adquirir açaí pasteurizado e com controle sanitário, o Estado impulsiona não apenas a produção primária,

mas também etapas de beneficiamento, conservação, transporte e distribuição, agregando valor ao produto e incentivando padrões mais elevados de qualidade. Dessa forma, a política conecta consumo público e produção local, fortalecendo agricultores familiares, agroindústrias e cooperativas, além de estimular formalização e encadeamentos produtivos no território.

Criado em 2003 como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o programa teve sua nomenclatura alterada em 2021 para Programa Alimenta Brasil (PAB), por meio da Medida Provisória nº 1.061/2021, convertida na Lei nº 14.284/2021, embora ainda seja amplamente referido pelo nome anterior por órgãos executores e beneficiários. Regulamentado pelo Decreto nº 10.880/2021, o programa tem como objetivos promover o acesso à alimentação e fortalecer a agricultura familiar, caracterizando-se como política distributiva (Brasil, 2024b). Para isso, realiza a compra direta de alimentos produzidos por agricultores familiares, com dispensa de licitação, destinando-os a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, por equipamentos públicos de segurança alimentar e pela rede pública e filantrópica de ensino. Além de garantir mercado para os produtores, o programa estimula circuitos curtos de comercialização, valoriza a biodiversidade, incentiva a produção orgânica e agroecológica e fortalece o associativismo e o cooperativismo (Brasil, 2024b).

O PAB opera por meio de cinco modalidades — Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Apoio à Formação de Estoques e Compra Institucional — sendo coordenado por um grupo gestor interministerial. Sua execução pode ocorrer por estados, municípios e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No Amapá, a execução se dá pela SUREG-AP/Conab e pelo Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), sendo a Conab responsável pela compra junto a cooperativas e associações, inclusive do açaí in natura, na modalidade Compra com Doação Simultânea (Oliveira,2022).

No que se refere à cadeia do açaí no Amapá, os dados da Conab indicam que, entre 2015 e 2021, 2.466 produtores foram contemplados, com investimento total de R\$ 13,1 milhões. Observa-se, contudo, trajetória de queda progressiva no número de produtores atendidos e no volume de recursos até 2019, seguida de aumento expressivo em 2020, em razão de créditos extraordinários liberados no contexto da pandemia de Covid-19. Em 2021, houve drástica redução na execução, com ausência de repasses regulares do governo federal, sendo o atendimento restrito a duas organizações do município de Mazagão, financiadas por emenda parlamentar. Esse cenário evidencia a forte dependência orçamentária do programa e

sua vulnerabilidade a oscilações políticas e fiscais, o que impacta diretamente a estabilidade da demanda institucional para a cadeia produtiva do açaí no estado.

A consolidação da sociobioeconomia amazônica depende da articulação entre conservação ambiental, inclusão social e dinamização econômica, e, nesse contexto, políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos — posteriormente denominado Programa Alimenta Brasil — desempenham papel estratégico ao estruturarem demanda institucional para produtos da sociobiodiversidade, como o açaí. Ao exigir que os cardápios escolares respeitem os hábitos alimentares locais, o PNAE transforma o açaí em item estratégico da alimentação regional, assegurando mercado estável para o manejo extrativista e fortalecendo a cultura alimentar amazônica. De modo complementar, o PAA/PAB estimula circuitos curtos de comercialização, reduzindo a intermediação, a pegada de carbono e garantindo que maior parcela do valor agregado permaneça nas comunidades produtoras.

Sob a dimensão social, essas políticas materializam o pilar redistributivo da sociobioeconomia ao priorizarem agricultores familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas e assentados da reforma agrária, além de promoverem a participação das mulheres rurais. Ao mesmo tempo em que geram renda para esses grupos, destinam os alimentos adquiridos a populações em situação de insegurança alimentar, fechando um ciclo virtuoso no qual produção local e consumo regional se retroalimentam, promovendo soberania alimentar e desenvolvimento territorial.

Outro aspecto central é o fortalecimento das redes locais e do cooperativismo. O acesso aos mercados institucionais estimula a formalização de associações e cooperativas, ampliando o capital social e a capacidade organizativa das comunidades. Esse processo favorece a verticalização produtiva, com investimentos em beneficiamento, pasteurização e adequação sanitária, permitindo que a economia local avance da simples extração para a agroindustrialização sustentável do açaí e de outros produtos florestais.

Entretanto, a experiência recente evidencia a vulnerabilidade institucional dessas políticas. A redução drástica de recursos do PAA/PAB em 2021 no Amapá demonstrou que a descontinuidade orçamentária compromete a previsibilidade necessária ao planejamento produtivo. Para a sociobioeconomia, tal instabilidade representa risco estrutural: sem mercado institucional garantido, produtores podem ser pressionados a buscar alternativas econômicas menos sustentáveis. Assim, embora PNAE e PAA/PAB atuem como âncoras comerciais da sociobioeconomia ao integrar conservação, renda e segurança alimentar, a consolidação desse modelo requer mecanismos de financiamento mais estáveis e de longo prazo, capazes de

assegurar a manutenção da floresta em pé e o fortalecimento permanente das cadeias de valor, Oliveira (2022)

### 5.3 POLÍTICAS CONSTITUTIVAS

A Lei nº 11.326 de 2006 institui a Política Nacional da Agricultura Familiar e estabelece os critérios para definir quem é agricultor familiar no Brasil, incluindo produtores que atuam com até quatro módulos fiscais, utilizam predominantemente mão de obra da própria família e têm sua renda vinculada ao próprio estabelecimento. A lei também reconhece como beneficiários extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e comunidades quilombolas, grupos diretamente envolvidos na base produtiva da cadeia do açaí na Amazônia (Brasil, 2006). Orientada por princípios como sustentabilidade, descentralização e participação social, a política articula instrumentos de crédito, assistência técnica, comercialização e inovação.

Nesse contexto, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) funciona como instrumento operacional dessa política, sendo o registro oficial que permite aos produtores acessar programas públicos. Ao formalizar agricultores familiares que atuam no manejo e na produção do açaí, o CAF viabiliza acesso a crédito, ATER, seguro e políticas de comercialização, fortalecendo os elos primários da cadeia produtiva. Assim, a lei fornece o marco institucional, enquanto o CAF garante a inclusão produtiva e o suporte necessário para a consolidação e o desenvolvimento sustentável da cadeia do açaí Brasil (2026b).

A Lei nº 11.326 de 2006 e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) constituem os pilares institucionais que sustentam a sociobioeconomia, pois definem juridicamente quem são seus protagonistas — como extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e quilombolas — e garantem seu reconhecimento formal perante o Estado. Ao proteger a produção de base familiar e comunitária, a lei assegura a centralidade desses atores na manutenção da floresta em pé, enquanto o CAF funciona como porta de entrada para crédito, assistência técnica e políticas de comercialização. Como políticas constitutivas, essas normas estabelecem as “regras do jogo”, estruturando o acesso a instrumentos como PRONAF e PNAE e permitindo que a cadeia do açaí seja integrada a uma estratégia de desenvolvimento sustentável com inclusão social.

### 5.4 ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES PRODUTORAS

Apesar de identificarmos um número relevante de políticas públicas que incidem sobre a cadeia de valor do açaí, o acesso efetivo a esses instrumentos por parte dos agricultores

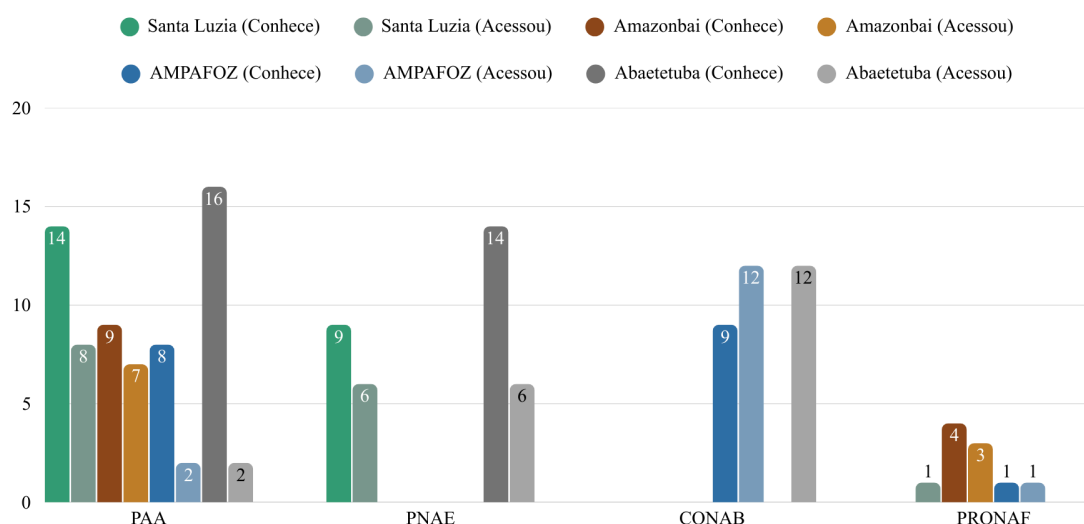
familiares ainda apresenta limitações significativas. A partir dos dados sistematizados de questionário aplicados no contexto do projeto Inov'Açaí em 2024, foi possível construir uma análise preliminar sobre o nível de conhecimento e acesso desses produtores a políticas públicas voltadas à cadeia produtiva do açaí.

Os dados analisados foram obtidos a partir de quatro relatórios de campo realizados em comunidades ribeirinhas e extrativistas localizadas no arquipélago do Bailique e na região da foz do rio Amazonas, no estado do Amapá que será indetificada aqui pelo nome da cooperativa de Amazonbai (AP) e AMPAFOZ, localizada em Mazagão Velho — bem como nas localidades de Santa Luzia e Abaetetuba, no estado do Pará. Ao todo, foram considerados os seguintes universos amostrais: Santa Luzia (PA), com 110 respondentes; Amazonbai (AP), com 44; AMPAFOZ (AP), com 34; e Abaetetuba (PA), com 81 participantes. Embora o número de respondentes ainda seja relativamente limitado, os dados coletados permitem construir uma perspectiva inicial sobre o grau de conhecimento e o acesso efetivo dos produtores a programas públicos relevantes para a agricultura familiar e para a comercialização de produtos da sociobiodiversidade, oferecendo indícios importantes sobre as dinâmicas institucionais que moldam a inserção desses agricultores nas políticas de desenvolvimento rural e segurança alimentar, como apresentado na tabela abaixo:

Gráfico 2 - Políticas conhecidas pelos produtores

#### Políticas Conhecidas e Acessadas — nº de respondentes por programa

Total de menções por programa e comunidade (respostas múltiplas)



Fonte: Elaboração própria (2026), com base em dados de Inov'açaí (2024).

O gráfico aponta diferenças importantes entre conhecimento e acesso efetivo às políticas públicas nas comunidades analisadas, revelando limites estruturais na

implementação dessas políticas junto aos agricultores familiares da cadeia do açaí. De modo geral, observa-se que a presença formal dos programas não garante, necessariamente, que os produtores as conheçam ou consigam acessá-los de forma concreta, indicando a existência de barreiras institucionais, informacionais e territoriais que dificultam sua efetividade.

No caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os dados indicam que se trata do programa mais conhecido entre os agricultores, estando presente nas quatro comunidades analisadas. Entretanto, mesmo apresentando níveis relativamente elevados de reconhecimento, o número de produtores que efetivamente acessaram o programa permanece limitado. Em Santa Luzia, por exemplo, 14 agricultores afirmam conhecer o programa, mas apenas 8 relatam tê-lo acessado; em Abaetetuba, embora 16 o conheçam, apenas 2 indicam participação. Situação semelhante ocorre em AMPAFOZ, onde o acesso se restringe a apenas 2 produtores. Esse descompasso entre conhecimento e acesso sugere que, apesar da difusão do programa, ainda existem obstáculos para sua operacionalização no nível local. Entre os fatores que podem explicar essa limitação estão a burocracia associada aos processos de adesão, a dependência de organizações coletivas — como associações e cooperativas — para viabilizar a comercialização institucional, bem como a falta de informação e de autonomia dos agricultores para acessar essas políticas. Segundo os dados fornecidos pelo Inova Açaí, mais de 75% dos agricultores que participaram do levantamento apontam que a principal barreira enfrentada para acessar políticas públicas está relacionada justamente à falta de informação sobre os programas, seus requisitos e mecanismos de participação, o que evidencia a importância de fortalecer estratégias de assistência técnica, comunicação institucional e apoio à organização produtiva nos territórios.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apresenta uma dinâmica territorial bastante marcada. Os dados indicam sua presença apenas nas comunidades localizadas no estado do Pará, especificamente em Santa Luzia e Abaetetuba, enquanto nas comunidades do Amapá não foram registrados casos de conhecimento ou acesso ao programa. Essa ausência sugere fragilidades na articulação entre os produtores locais e as redes institucionais de abastecimento da alimentação escolar, que representam um dos principais mercados institucionais para a agricultura familiar no Brasil. No caso do Amapá, diferentemente do Pará, a política ainda se encontrava, no período analisado, em uma etapa mais inicial do processo de implementação. O acordo para a inclusão do açaí nas compras institucionais do PNAE no estado começou a ser articulado apenas na segunda metade de 2024 (Amapá, 2024), o que ajuda a explicar a ausência de registros de conhecimento ou acesso ao programa nas comunidades analisadas. Esse cenário também pode refletir um atraso

institucional na incorporação do potencial da cadeia produtiva do açaí nas estratégias de abastecimento público, revelando desafios no reconhecimento da importância econômica e social dessa cadeia de valor para o desenvolvimento regional.

No que se refere às políticas associadas à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os dados revelam um padrão de acesso concentrado em algumas localidades específicas. Ao mencionarem a atuação da CONAB, os agricultores entrevistados referem-se principalmente ao Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), política que incide de forma significativa sobre a cadeia produtiva do açaí. Observa-se que o acesso ocorre sobretudo em AMPAFOZ e Abaetetuba, onde foram registrados 12 casos em cada comunidade, enquanto nas demais localidades não há registros. Esse padrão pode indicar uma atuação mais direta da CONAB em determinados territórios ou a existência de organizações locais mais estruturadas, capazes de intermediar a participação dos agricultores em programas de comercialização e garantia de preços mínimos. De fato, o acesso a esse tipo de política ocorre predominantemente por meio de associações e cooperativas, o que tende a fortalecer o capital social, ampliar o poder de barganha dos produtores e contribuir para a governança territorial — elementos centrais para a inclusão produtiva e para o reconhecimento dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais (Oliveira, 2022).

No entanto, essa dinâmica revela um aspecto importante da organização da cadeia. A intermediação coletiva, longe de representar uma limitação, tem se mostrado fundamental para ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente em contextos marcados por baixa escolaridade, limitado acesso a tecnologias e fragilidades de infraestrutura. As cooperativas e associações atuam, nesse sentido, como mecanismos de fortalecimento das capacidades locais, promovendo maior articulação institucional e acesso a informações que dificilmente seriam alcançados de forma individual. Ainda assim, persistem desafios relacionados à difusão mais ampla dessas informações no interior das comunidades, o que aponta não para uma contradição da organização coletiva, mas para a necessidade de seu contínuo fortalecimento.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) apresenta níveis bastante baixos de conhecimento e acesso nas comunidades analisadas. Apenas poucos produtores relataram ter acessado o programa, como em Amazonbai (3) e AMPAFOZ (1), enquanto nas demais localidades os registros são inexistentes ou extremamente reduzidos. Considerando que o PRONAF é um dos principais instrumentos de crédito voltados à agricultura familiar no Brasil, esses dados indicam a existência de barreiras

importantes para sua utilização pelos produtores da cadeia do açaí, como dificuldades de acesso ao sistema bancário, exigência de documentação formal, ausência de assistência técnica para elaboração de projetos e baixa presença de instituições financeiras em territórios ribeirinhos. Segundo Oliveira (2022), produtores de açaí no Amapá conseguiram acessar linhas de crédito do PRONAF por meio do Banco da Amazônia (BASA), principalmente através da linha PRONAF ABC+ Floresta, destinada a atividades como sistemas agroflorestais, manejo sustentável e recuperação de áreas degradadas. Dados do BASA indicam que, entre 2017 e 2021, foram realizadas 2.042 operações de crédito voltadas à cultura do açaí no estado, totalizando cerca de R\$ 52,5 milhões em investimentos. Apesar desse volume de recursos, os dados de campo revelam um descompasso entre a existência dessas linhas de financiamento e o acesso efetivo dos agricultores, evidenciando que as principais barreiras estão relacionadas à falta de informação, à burocracia e às dificuldades institucionais que limitam o acesso dos produtores a essa política pública.

De forma geral, os dados indicam que, embora exista um conjunto relevante de políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da sociobioeconomia amazônica, seu alcance efetivo ainda é limitado em muitas comunidades produtoras de açaí. A distância geográfica, a precariedade da infraestrutura, a falta de assistência técnica e a insuficiente disseminação de informações sobre os programas contribuem para restringir o acesso dos agricultores aos instrumentos que poderiam fortalecer sua inserção econômica e produtiva. Assim, mais do que ampliar o número de políticas existentes, se vê fundamental fortalecer os mecanismos de implementação, garantindo que essas iniciativas cheguem de forma efetiva aos territórios e às populações que delas dependem para consolidar estratégias de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

## **6 POLÍTICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS**

A tabela-resumo a seguir sistematiza as políticas públicas mapeadas, mantendo a mesma lógica analítica da seção anterior, a partir de seus elementos centrais — público-alvo, descrição, atores responsáveis, ano de implementação e classificação conforme a tipologia de Lowi (1964). Ainda que algumas políticas apresentem traços que permitiriam seu enquadramento em mais de uma categoria, optou-se por classificá-las segundo sua característica predominante, garantindo maior rigor metodológico e comparabilidade entre os casos. Em seguida, a análise será contextualizada com foco no estado do Amapá e em sua capital, Macapá; posteriormente, serão examinados o Pará e sua capital, Belém.

Quadro 5 - Políticas Públicas na Região: Amapá e Macapá

<b>Políticas Públicas Estaduais - Amapá</b>					
<b>Nome</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Atores</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipologia Lowi</b>
Isenção de ICMS	Operadores de açaí in natura	Isenção de imposto (ICMS) em operações internas e transporte do fruto.	GEA	1999	Distributiva
Fundo FRAP	Agricultores familiares e PCTs*	Crédito para fomento de atividades agropecuárias, extrativistas e pesca artesanal.	AFAP	1992	Distributiva
PPI (Prod. Integrada)	Agricultores familiares e PCTs*	Fomento via novas tecnologias e sustentabilidade para aumento de renda e produção.	SDR	2021	Distributiva
Selo Amapá	Indústrias, cooperativas e produtores	Certificação de origem e identidade para valorização do produto amapaense.	Agência Amapá	2017	Regulatória
<b>Políticas Públicas municipais - Macapá</b>					
Rampa do Açaí	Batedores e comerciantes	Melhoria da infraestrutura logística e sanitária no ponto de desembarque em Macapá.	SEMOP	2021	Distributiva
Projeto Mais Açaí	Batedores artesanais	Capacitação, kits de equipamentos em inox e microcrédito para segurança alimentar.	Agência Amapá	2017	Distributiva
Licenciamento Ambiental	Agricultores familiares e PCTs*	Desburocratização da regularização para facilitar acesso a crédito bancário.	SEMAM / IMAP	2021	Regulatória

Fonte: Elaboração própria (2026)

## 6.1 POLÍTICAS REGULATÓRIAS

Na tipologia de Theodore Lowi, o Selo Amapá enquadra-se como uma política regulatória, pois não se limita à concessão de incentivos ou benefícios diretos, mas estabelece padrões, normas e critérios de conformidade que devem ser observados por empresas e cooperativas interessadas em utilizar a certificação. A obtenção do selo exige adequação às normas sanitárias, ambientais e fiscais, configurando um mecanismo de controle e padronização do comportamento dos atores econômicos. Nesse arranjo, o Estado atua como certificador e árbitro, definindo quais empreendimentos estão aptos a ostentar a marca “Produtos do Meio do Mundo”. Trata-se, portanto, de uma política que regula o acesso a um diferencial competitivo no mercado, condicionando-o ao cumprimento de requisitos legais e institucionais. Ao mesmo tempo, cumpre função relevante na correção de assimetrias de

informação, ao permitir que consumidores identifiquem produtos efetivamente produzidos no Amapá, protegendo a produção local contra concorrência desleal ou de origem incerta.

O Selo Amapá – Produtos do Meio do Mundo consiste em um selo de origem criado para identificar e valorizar bens produzidos no Estado do Amapá, especialmente aqueles vinculados à Zona Franca Verde. Funciona como certificação oficial que reconhece empresas e cooperativas que cumprem os requisitos legais de funcionamento e produção no estado. Seus objetivos incluem: fortalecer a identidade geográfica, histórica, cultural e econômica do Amapá; agregar valor à produção local; estimular geração de trabalho e renda; promover empreendimentos nos âmbitos local, nacional e internacional; incentivar a formalização; consolidar uma marca territorial; e ampliar a participação dos produtos amapaenses nas compras institucionais. No âmbito da cadeia produtiva do açaí, o selo exerce papel estratégico. Ao certificar a procedência e a regularidade dos empreendimentos, contribui para estruturar a cadeia, reduzir informalidades e elevar padrões de qualidade. O açaí, que frequentemente circula no mercado como commodity indiferenciada, passa a ser comercializado como produto territorializado, associado à identidade e à reputação amapaense. Com isso, amplia-se a possibilidade de agregação de valor e de retenção de renda no território.

Essa dinâmica dialoga diretamente com a proposta de sociobioeconomia, que defende modelos econômicos baseados na valorização da biodiversidade, na manutenção da floresta em pé e no fortalecimento dos atores locais (Garrett et al., 2023). Ao transformar a origem territorial e cultural em ativo econômico, o Selo Amapá contribui para que produtos da sociobiodiversidade — como o açaí — deixem de ser apenas matérias-primas e se tornem bens com identidade, rastreabilidade e valor agregado. Além disso, ao promover cooperativas e empreendimentos locais, a política fortalece o capital social regional — elemento central para a gestão sustentável dos recursos naturais e para a consolidação de cadeias produtivas de base comunitária. Assim, embora classificado como política regulatória na tipologia de Lowi, o Selo Amapá também produz efeitos estruturantes sobre o desenvolvimento regional, articulando regulação de mercado, valorização territorial e promoção da sociobioeconomia.

Nesse sentido, temos também, o licenciamento ambiental constitui um instrumento central na organização da cadeia de valor do açaí, especialmente no contexto da sociobioeconomia amazônica. Trata-se de procedimento administrativo por meio do qual o Estado autoriza e estabelece condicionantes para atividades potencialmente degradadoras, como o manejo de açazais nativos. No Amapá, esse processo é fundamental para a implementação do manejo de mínimo impacto desenvolvido pela Embrapa, uma vez que a

intervenção na estrutura florestal — incluindo roçagem, inventário e corte seletivo — exige regularização prévia junto ao órgão ambiental competente. Assim, o licenciamento não apenas assegura a conformidade legal da produção, mas também viabiliza o acesso a mercados formais, certificações e políticas públicas, agregando valor ao produto e reduzindo riscos de embargo ambiental. Dessa forma, configura-se como política regulatória que articula conservação ambiental, aumento de produtividade e geração de renda, desempenhando papel estruturante na consolidação da cadeia do açaí enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável.

## 6.2 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS

A análise das políticas públicas estaduais e municipais voltadas à cadeia produtiva do açaí no Amapá revela a construção de um arranjo institucional orientado para o fortalecimento da sociobioeconomia regional. De modo geral, observa-se a predominância de instrumentos de caráter distributivo, nos termos da tipologia de Theodore Lowi, voltados à promoção da inclusão produtiva de extrativistas, ribeirinhos e agricultores familiares. Essas políticas buscam estruturar as condições econômicas, tecnológicas e logísticas necessárias para transformar o extrativismo do açaí em uma atividade economicamente viável, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável.

No âmbito estadual, as iniciativas concentram-se principalmente no fomento à produção, ao manejo sustentável dos recursos naturais e à dinamização da comercialização do produto. Entre essas medidas, destaca-se a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações internas de comercialização da polpa de açaí in natura, conforme estabelecido pelo Decreto nº 3.150, de 6 de dezembro de 1999. Essa medida busca estimular a produção e a circulação do produto na economia local, favorecendo a atividade agroextrativista e o fortalecimento da cadeia produtiva do açaí. Sob a perspectiva da tipologia de Lowi, trata-se de um instrumento de natureza distributiva, pois reduz custos de circulação e direciona benefícios econômicos a um setor específico da base produtiva regional. Além de estimular o dinamismo do mercado local, a medida contribui para fortalecer a economia regional ao favorecer a comercialização dentro do próprio território, evitando que o produto seja imediatamente direcionado para mercados externos sem gerar efeitos multiplicadores na economia local.

Outra iniciativa relevante é o Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (FRAP), criado pela Lei nº 0039, de 11 de dezembro de 1992 (AMAPÁ, 1992). O FRAP constitui uma política pública estadual de caráter distributivo voltada à promoção do

desenvolvimento de atividades agropecuárias, extrativistas vegetais, agroindustriais, pesca artesanal e aquicultura. O fundo opera por meio de instrumentos como infraestrutura de apoio à produção e comercialização, fomento produtivo, concessão de crédito e apoio às instituições representativas da produção familiar rural. Administrado financeiramente pela Agência de Fomento do Amapá (AFAP), com recursos provenientes do orçamento estadual, o FRAP realiza operações de crédito rural que podem beneficiar diretamente produtores e também financiar programas públicos, como o Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI).

No caso específico da cadeia do açaí, o acesso ao crédito envolve a elaboração de projetos com apoio técnico do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), a análise da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR) e a execução financeira realizada pela AFAP. O fundo dispõe de duas modalidades de crédito: uma linha reembolsável destinada a pessoas físicas, com limite de até R\$ 36 mil, período de carência de três anos, juros entre 4% e 6% ao ano e prazo de pagamento de até oito anos; e uma linha não reembolsável direcionada a cooperativas, associações e colônias, que exige prestação de contas produtiva (Oliveira, 2022).

Entre 2016 e 2021, foram celebrados 138 contratos de crédito reembolsável voltados à cadeia do açaí, totalizando investimentos de R\$ 3.418.113,47 (AFAP). Segundo representantes da instituição, os benefícios alcançam principalmente famílias de produtores agroextrativistas. No entanto, observou-se redução na concessão de novos contratos em 2019 e ausência de novas contratações em 2020, em decorrência da diminuição de recursos disponíveis no fundo. Até julho de 2022, R\$ 379.292,80 haviam sido pagos a 25 famílias beneficiárias, permanecendo ainda recursos a serem liberados para contratos vigentes. Apesar da indisponibilidade de dados detalhados sobre as associações e localidades contempladas, informações obtidas por meio de entrevistas indicam que produtores dos municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e da comunidade de Anauerapucu, no município de Santana, estão entre os beneficiários da política.

Ainda no plano estadual, destaca-se o Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI), que constitui outra política pública relevante para a agricultura familiar. Implementado em 2021 pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), o programa tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural por meio da introdução de tecnologias baseadas na sustentabilidade social, econômica e ambiental. O PPI é operacionalizado pela SDR com recursos provenientes do FRAP e direciona-se a cooperativas e associações da agricultura familiar com pelo menos um ano de existência e cadastro ativo na Receita Federal.

O programa contempla diferentes arranjos produtivos, como fruticultura, horticultura, cultivo de mandioca, extrativismo do açaí, piscicultura, pesca artesanal de camarão e criação de pequenos animais (Freitas, 2017). Anualmente, a SDR publica edital com as regras de participação, e as entidades interessadas devem apresentar documentação para avaliação de uma comissão responsável pela seleção. As organizações aprovadas recebem recursos financeiros não reembolsáveis, além de kits de equipamentos e ferramentas adequados às especificidades de cada atividade produtiva, visando ampliar e qualificar a produção.

No caso da cadeia do açaí, o programa incentiva práticas de manejo sustentável dos açaiçais, fornecendo ferramentas, equipamentos, equipamentos de proteção individual (EPIs) e apoio logístico aos produtores. Cada associação ou cooperativa pode inscrever até dois arranjos produtivos, contemplando aproximadamente 20 a 25 produtores por arranjo. Na safra 2021/2022, o governo estadual investiu cerca de R\$ 11 milhões no programa, beneficiando 1.290 famílias em diferentes cadeias produtivas. Especificamente na cadeia do açaí, foram contempladas 180 famílias em seis municípios do estado, com investimento total de R\$ 185.580,00 (SDR). Além de estimular o aumento da produção, o programa também busca incentivar a organização coletiva dos produtores por meio de associações e cooperativas, consideradas estratégias relevantes para fortalecer a inclusão produtiva e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais.

No âmbito municipal, destacam-se também iniciativas voltadas ao fortalecimento da cadeia produtiva do açaí. Entre elas está o Complexo Turístico Rampa do Açaí, localizado na orla de Macapá, que funciona como ponto estratégico para o escoamento de produtos provenientes das regiões ribeirinhas, especialmente o açaí. Com área construída de 122 m<sup>2</sup>, o espaço reúne infraestrutura para embarque e desembarque de mercadorias, restaurantes, açaiteria, geleira, banheiros acessíveis e um mirante voltado à contemplação do Rio Amazonas. A obra integra o projeto Orla Viva, iniciativa da Prefeitura de Macapá voltada à revitalização da orla urbana por meio de investimentos em infraestrutura, lazer e turismo, com o objetivo de dinamizar a economia local. O investimento total foi de R\$ 7.524.817,76, provenientes do Tesouro Municipal (MACAPÁ, 2024).

Outra iniciativa municipal é o projeto Mais Açaí Macapá, implementado pela Prefeitura de Macapá em 2022, que tem como objetivo fortalecer a cadeia produtiva do fruto por meio do incentivo ao plantio e manejo da palmeira. A iniciativa prevê a doação de mudas a extrativistas de comunidades rurais, inicialmente nas localidades de Lontra e Santo Antônio da Pedreira, com o intuito de ampliar a produção em áreas de várzea e terra firme. O projeto

foi desenvolvido a partir do Comitê da Cadeia Produtiva do Açaí e conta com apoio institucional da Secretaria Municipal de Agricultura (Semag).

Em conjunto, essas políticas evidenciam um esforço institucional voltado à consolidação de uma economia baseada na biodiversidade amazônica. Ao direcionar recursos financeiros, assistência técnica, infraestrutura e incentivos fiscais para produtores familiares e comunidades tradicionais, o conjunto de políticas públicas analisadas contribui para reduzir assimetrias estruturais presentes na cadeia de valor do açaí. Nesse sentido, tais iniciativas dialogam diretamente com os princípios da sociobioeconomia, que enfatizam a importância de fortalecer economias territoriais baseadas no uso sustentável da biodiversidade, na valorização do conhecimento tradicional e na promoção do desenvolvimento socioeconômico das populações amazônicas.

Especialmente no caso de Macapá, as políticas analisadas concentram-se em dois eixos principais: a melhoria da infraestrutura logística e o estímulo à expansão da produção. O Complexo Turístico e Logístico Rampa do Açaí representa um exemplo de investimento público em infraestrutura voltada à organização da cadeia de comercialização. Classificado como política distributiva, esse empreendimento busca enfrentar um dos principais gargalos estruturais da Amazônia: a precariedade das condições de transporte e armazenamento de produtos perecíveis. Ao oferecer um espaço adequado para o desembarque e a comercialização do açaí proveniente das comunidades ribeirinhas, a iniciativa reduz perdas pós-colheita e facilita a integração entre produtores e mercados urbanos. Outra iniciativa municipal relevante é o Projeto Mais Açaí Macapá, que promove a distribuição de mudas para agricultores familiares e comunidades rurais. Essa política também se enquadra na categoria distributiva e busca ampliar a base produtiva do açaí por meio do incentivo ao cultivo em áreas de várzea e terra firme. Além de estimular a produção, o projeto contribui para a diversificação produtiva e para o fortalecimento de sistemas agroflorestais, alinhando-se à perspectiva de paisagens multifuncionais defendida pelo Sociobioeconomia. Nesse contexto, a produção de alimentos pode coexistir com a conservação da floresta, reforçando a ideia de que o desenvolvimento econômico regional pode ser compatível com a preservação ambiental.

De forma geral, o conjunto de políticas públicas analisado apresenta significativa convergência com os princípios da sociobioeconomia amazônica, ao valorizar o território, incentivar a manutenção da floresta em pé e promover a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, extrativistas e povos e comunidades tradicionais. Iniciativas como o Selo Amapá e a infraestrutura da Rampa do Açaí contribuem para fortalecer a identidade

territorial do produto, enquanto programas de financiamento e apoio produtivo ampliam a capacidade das comunidades locais de participar da cadeia de valor. Esse arranjo institucional indica a formação de um ecossistema de políticas voltadas à valorização da biodiversidade como estratégia de desenvolvimento regional.

Entretanto, a análise também revela limitações importantes. A instabilidade orçamentária de instrumentos como o FRAP evidencia a dependência dessas iniciativas em relação às prioridades governamentais, comprometendo a continuidade de processos que exigem investimentos de longo prazo, como organização produtiva e manejo sustentável. Além disso, observa-se a predominância de políticas voltadas à produção primária, com menor atenção à verticalização e ao processamento local do açaí, o que reduz a capacidade de retenção de valor agregado no território. Soma-se a isso a fragmentação entre políticas de fomento, licenciamento e infraestrutura, bem como a limitada abrangência da assistência técnica rural. Outro aspecto pouco contemplado refere-se às condições de saúde e segurança dos trabalhadores da cadeia do açaí, uma vez que as políticas tendem a priorizar a qualidade sanitária do produto e o aumento da produção, sem abordar de forma estruturada os riscos enfrentados pelos extrativistas. Dessa forma, a consolidação da sociobioeconomia no estado depende do fortalecimento da coordenação institucional, da continuidade das políticas públicas e da incorporação de medidas que garantam melhores condições de trabalho e maior agregação de valor à produção local.

### 6.3 DADOS REFERENTES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES PRODUTORAS DE AÇAÍ

No questionário aplicado no contexto do Inov'Açaí, a política pública mais conhecida e acessada pelos produtores amapaenses foi a PPI, citada por 27 dos 78 respondentes do estado do Amapá. Entretanto, embora essa política tenha sido a única, entre as não federais, mencionada nos relatórios do Inov'Açaí, esta pesquisa identificou a existência de outras iniciativas públicas que também incidem sobre a cadeia produtiva, ainda que não tenham sido captadas nesse levantamento específico. Nesse sentido, foram encontradas informações e registros sobre outras iniciativas públicas que merecem ser consideradas na análise. Entre elas, destaca-se a atuação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP), que tem se consolidado como um dos principais instrumentos de financiamento voltados à modernização da cadeia produtiva do açaí no estado. Nesse contexto, o governo estadual anunciou a aquisição de 40 robôs de colheita de açaí destinados a comunidades como o Bailique e Mazagão. A iniciativa busca aumentar a segurança dos ribeirinhos — reduzindo o risco de

acidentes durante a escalada das palmeiras — e, ao mesmo tempo, ampliar a produtividade da colheita (Brasil, 2024a).

Vale ressaltar, contudo, que as informações das iniciativas estaduais pontuais com a dos robôs coletores são imprecisas e com baixa verificabilidade. De modo geral observa-se uma lacuna significativa de informações públicas e registros sistematizados sobre outras iniciativas estaduais voltadas à cadeia do açaí. Ademais, percebe-se uma ênfase a divulgação de políticas voltadas ao aumento da produtividade e à modernização da produção, enquanto outras dimensões fundamentais da cadeia — como sustentabilidade ambiental, organização produtiva e fortalecimento institucional dos extrativistas — aparecem menos evidenciadas nas fontes disponíveis. Essa ausência de informações também dificulta uma avaliação mais ampla sobre o alcance e a efetividade das políticas estaduais direcionadas à sociobioeconomia do açaí.

De modo geral, a análise das informações disponíveis sobre políticas públicas estaduais voltadas à cadeia produtiva do açaí no Amapá revela um conjunto de iniciativas relevantes, porém ainda marcado por lacunas de informação, baixa sistematização de dados e limitações na avaliação de seus impactos reais sobre os produtores locais. Embora existam instrumentos institucionais voltados à modernização produtiva, certificação e facilitação regulatória, a evidência empírica sobre sua implementação efetiva nos territórios produtores ainda é limitada.

No campo da regulação ambiental, o estado do Amapá tem buscado avançar na desburocratização por meio da implementação da Licença Ambiental Única (LAU), destinada principalmente a pequenos produtores e batedores artesanais. Em 2024, houve um esforço para acelerar a emissão de licenças para novas agroindústrias, com o objetivo de fortalecer o processamento local e reduzir a exportação do fruto *in natura*, ampliando assim a agregação de valor dentro do próprio estado (AMAPÁ, 2024). Apesar de representar um avanço institucional importante, ainda há poucos dados disponíveis sobre o número efetivo de produtores beneficiados ou sobre os impactos dessa medida na formalização das agroindústrias da cadeia do açaí, o que dificulta uma avaliação mais precisa da política.

Outra iniciativa relevante é o Plano de Produção Integrada (PPI), que direciona investimentos para o fortalecimento da produção rural no estado. Para as safras 2022/2023 e 2024/2025, o programa destinou aproximadamente R\$ 70 milhões em kits de manejo e infraestrutura, incluindo investimentos de cerca de R\$ 1,3 milhão no arquipélago do Bailique, voltados para a aquisição de equipamentos logísticos e sistemas de energia solar (AMAPÁ/SDR, 2024). Essas ações buscam melhorar as condições produtivas e logísticas em

regiões ribeirinhas e de difícil acesso, onde a cadeia do açaí desempenha papel central na geração de renda. Ainda assim, a predominância de investimentos voltados à infraestrutura produtiva evidencia uma abordagem que prioriza a ampliação da capacidade produtiva, enquanto há menor visibilidade de políticas focadas em assistência técnica contínua, organização social dos produtores ou governança territorial da cadeia.

No campo da valorização e certificação de produtos regionais, destaca-se o Selo Amapá: Produto do Meio do Mundo, que já conta com mais de 150 empresas certificadas e busca atestar a origem e a qualidade dos produtos locais (AGÊNCIA AMAPÁ, 2024). Esse instrumento pode contribuir para fortalecer a identidade territorial e ampliar o acesso a mercados diferenciados. Um caso emblemático é o da Cooperativa Amazonbai, localizada no arquipélago do Bailique, que combina o selo estadual com a certificação internacional FSC (Forest Stewardship Council), vinculada a práticas de manejo florestal sustentável (AMAZONBAI, 2024). A articulação entre certificações locais e internacionais demonstra o potencial da cadeia do açaí para se inserir em mercados mais exigentes, especialmente aqueles associados à bioeconomia e à sustentabilidade.

No entanto, apesar da existência dessas iniciativas, a análise das fontes disponíveis revela uma escassez de dados sistematizados sobre a implementação dessas políticas nos territórios produtores, bem como sobre o nível de conhecimento e acesso por parte dos agricultores familiares. Em muitos casos, as informações disponíveis concentram-se em anúncios institucionais ou relatórios governamentais, sem apresentar indicadores claros de alcance, número de beneficiários ou impactos socioeconômicos nas comunidades extrativistas. Essa lacuna informacional dificulta a compreensão do grau de efetividade dessas políticas e limita a possibilidade de avaliar se elas estão de fato contribuindo para fortalecer a cadeia de valor do açaí de forma inclusiva e sustentável.

Dessa forma, embora o estado do Amapá apresenta iniciativas importantes voltadas à modernização produtiva, certificação e facilitação regulatória, os dados disponíveis sugerem a necessidade de maior transparência, monitoramento e integração das políticas públicas, especialmente no que se refere à disseminação de informações e ao fortalecimento da capacidade dos produtores de acessar esses instrumentos. Sem esse esforço de articulação institucional e de ampliação do acesso, existe o risco de que políticas potencialmente relevantes permaneçam restritas a determinados territórios ou organizações mais estruturadas, reproduzindo desigualdades no interior da própria cadeia produtiva do açaí.

Quadro 6 - Políticas Públicas na Região: Pará e Belém

<b>Políticas Públicas Estaduais - Pará</b>					
<b>Nome</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Atores</b>	<b>Ano</b>	<b>Lowi</b>
Programa Selo Açaí Bom	Batedores de açaí artesanal	Certificação de segurança alimentar para venda de açaí artesanal em Belém.	Secretaria Municipal de Saúde	2012	Regulatória
PEQA	Batedores de açaí artesanal, Agricultores familiares e PCTs*, Indústrias do açaí	Padronização e boas práticas de higiene em todo o estado do Pará.	SEDAP	2011	Regulatória
Decreto Estadual nº 1.522 - PA	Indústrias do açaí	Incentivos fiscais para empresas que industrializam o fruto no estado.	SEFA	2016	Distributiva
PRÓ-AÇAÍ	Agricultores familiares e PCTs*	Fomento ao plantio e manejo para expansão da oferta do fruto.	SEDAP	2017	Distributiva
PlanBio	"APLs (Produtores, empresas e instituições)"	Estratégia de desenvolvimento baseada em inovação e uso sustentável.	SEMAS	2022	Constitutiva
Fundo garantidor bioeconomia produtor rural	Agricultores familiares e PCTs*	Facilita acesso ao crédito oferecendo garantias para projetos sustentáveis.	Banpará / Semas	2023	Distributiva
PTS	Agricultores familiares e PCTs*	Regularização fundiária e transição para produção de baixa emissão.	Semas	2020	Constitutiva
Prosaf	Agricultores familiares e PCTs*	Recuperação de áreas degradadas via Sistemas Agroflorestais e mudas.	Ideflor-Bio	2013	Distributiva
<b>Políticas Públicas municipais - Belém</b>					
Açaí no Ponto	Batedores de açaí artesanal	Mapeamento digital para controle sanitário e descarte de resíduos.	Prefeitura, UFPA e MPPA	2024	Regulatória
Feira do açaí - complexo ver no peso	Batedores de açaí artesanal, "APLs (Produtores, empresas e instituições)", Atravessadores	Principal entreposto comercial atacadista de frutos frescos em Belém.	Prefeitura e associações de feirantes.	XVII	Distributiva
Casa do Açaí	Batedores de açaí artesanal, Agricultores familiares e PCTs*, Estudantes	Centro de referência para capacitação em branqueamento e higiene.	Secretaria Municipal de Saúde).	2007	Distributiva
Porto do Açaí	Batedores de açaí artesanal, Agricultores familiares e PCTs*, Indústrias do açaí	Ponto logístico vital para desembarque de frutos vindos das ilhas.	Devisa/Sesma	Hist.	Distributiva

Fonte: Elaboração própria (2026)

#### 6.4 POLÍTICAS REGULATÓRIAS

Nesta subseção serão analisadas as políticas PEQA, Selo Açaí Bom e Açaí no Ponto, que se enquadram na tipologia de políticas regulatórias, conforme proposta por Theodore J. Lowi. Essa classificação se deve ao fato de que tais iniciativas estabelecem normas, padrões de qualidade e mecanismos de controle que organizam e regulam o funcionamento da cadeia produtiva do açaí.

O Selo “Açaí Bom” é uma certificação criada pela Prefeitura de Belém, por meio da Vigilância Sanitária municipal, para garantir a qualidade e a segurança do açaí comercializado na cidade. O selo é concedido aos estabelecimentos que cumprem as normas sanitárias e possuem licença de funcionamento, seguindo as boas práticas de manipulação do fruto. Entre as exigências estão a higiene do local e dos manipuladores, o armazenamento adequado do açaí e a realização do branqueamento, técnica que consiste em mergulhar o fruto em água quente para eliminar microrganismos e reduzir riscos de contaminação, como bactérias e o protozoário causador da doença de Chagas. Assim, o selo funciona como um instrumento de regulação sanitária e de informação ao consumidor, pois certifica os pontos de venda que atendem aos padrões de qualidade definidos pela vigilância sanitária, incentivando melhorias na manipulação do açaí e aumentando a segurança alimentar Barbosa 2022.

O Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA), instituído pelo Decreto Estadual nº 250/2011 no estado do Pará, é uma política pública coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) que busca garantir padrões de qualidade e segurança em toda a cadeia produtiva do açaí, desde a produção até a comercialização. O programa envolve diversas instituições públicas e privadas e promove a adoção de boas práticas de manipulação, transporte e processamento do fruto, considerando a importância econômica e social do açaí para a região amazônica. Entre as ações do PEQA destacam-se a criação de marcos regulatórios, a capacitação de produtores e batedores artesanais e o desenvolvimento de tecnologias voltadas à segurança alimentar, como o tanque de branqueamento do açaí. Esse equipamento aquece o fruto a aproximadamente 80 °C, reduzindo a carga microbiana e prevenindo contaminações, como a causada pelo *Trypanosoma cruzi*, responsável pela doença de Chagas, sem alterar as características do produto. Dessa forma, o programa contribui para fortalecer a qualidade sanitária do açaí, proteger a saúde pública e valorizar a cadeia produtiva, que mobiliza centenas de milhares de trabalhadores e representa uma importante fonte de renda para populações ribeirinhas do Pará (pará 2026).

O (PEQA) constitui um importante instrumento regulatório para a consolidação da sociobioeconomia no Pará, ao estabelecer padrões sanitários e técnicos para toda a cadeia produtiva do açaí. Ao exigir práticas como o branqueamento do fruto e a adoção de normas de higiene no processamento, o programa reduz riscos de contaminação e protege o valor econômico de um dos principais produtos da sociobiodiversidade amazônica. Além de fortalecer a segurança alimentar, o PEQA promove a capacitação de batedores artesanais e produtores, contribuindo para a inclusão produtiva e a profissionalização de atores locais envolvidos na cadeia. Nesse sentido, a política articula conhecimento científico e práticas tradicionais, incentivando o uso de tecnologias apropriadas, como equipamentos de branqueamento adaptados à realidade dos pequenos processadores.

O “Açaí no Ponto” foi criado por meio de uma parceria entre o Ministério Público do Pará, a Prefeitura de Belém e a Universidade Federal do Pará (UFPA) com o objetivo de mapear e cadastrar os pontos de venda de açaí na capital paraense. A iniciativa busca construir um banco de dados atualizado sobre os estabelecimentos, incluindo informações como localização, responsáveis e contatos, facilitando o planejamento de políticas públicas voltadas ao setor. O sistema também contribui para fortalecer a vigilância sanitária, promover boas práticas de manipulação do fruto e melhorar a gestão de resíduos, além de ampliar a segurança alimentar dos consumidores. Ao identificar cerca de milhares de batedores artesanais de açaí na cidade, o aplicativo permite que o poder público direcione ações de fiscalização, capacitação e apoio ao setor, fortalecendo uma atividade econômica central para a cultura e a economia local.

Esta política dialoga com sociobioeconomia ao atuar como um instrumento de governança digital e inteligência territorial, contribuindo para a profissionalização da cadeia de valor do açaí, caracterizada por forte presença de atores comunitários e produção artesanal. De acordo com o GARret, a transição para modelos de sociobioeconomia depende de sistemas de governança baseados em dados, planejamento participativo e integração entre ciência e políticas públicas. Nesse sentido, a iniciativa apresenta contribuições relevantes (Pinheiro 2025). Primeiramente, o aplicativo fortalece a governança e a transparência da cadeia produtiva ao mapear e cadastrar milhares de batedores artesanais de açaí em Belém. Esse processo reduz a invisibilidade estatística desses trabalhadores e permite que o poder público reconheça a dimensão econômica da atividade, fundamental para a sociobioeconomia urbana. Além disso, o banco de dados gerado pelo sistema possibilita maior direcionamento das políticas públicas, favorecendo ações de capacitação, fiscalização sanitária e apoio produtivo.

## 6.5 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS

Na tipologia de políticas públicas proposta por Theodore J. Lowi, assim como as políticas citadas anteriormente, as iniciativas analisadas nesta seção podem ser classificadas como políticas distributivas, pois envolvem a destinação de incentivos fiscais, recursos financeiros, assistência técnica e apoio institucional a setores específicos da cadeia produtiva do açaí. Essas medidas buscam fortalecer a produção, estimular a agregação de valor e promover o desenvolvimento regional, direcionando benefícios principalmente a agricultores familiares, extrativistas e pequenos produtores vinculados à bioeconomia amazônica.

O Decreto nº 1.522, de 1º de abril de 2016 constitui um importante instrumento de política pública voltado ao fortalecimento da cadeia produtiva do açaí no estado do Pará. A norma estabelece incentivos fiscais, por meio da redução e do diferimento do ICMS, com o objetivo de estimular a industrialização e a agregação de valor ao produto no próprio estado. Ao conceder crédito presumido de até 95% do imposto para a comercialização de produtos derivados da polpa e para a venda interestadual da polpa produzida localmente, o decreto incentiva a verticalização da cadeia produtiva e amplia a competitividade da agroindústria regional. Dessa forma, a medida contribui para a geração de emprego e renda e para a retenção de valor na região produtora (Pará, 2016).

Além disso, o decreto dialoga com os princípios da sociobioeconomia ao criar condições para que a riqueza associada à biodiversidade amazônica seja processada e valorizada no próprio território, evitando a lógica da “economia de enclave”, em que os recursos são extraídos localmente, mas o valor agregado é gerado fora da região. Ao fortalecer a agroindústria do açaí e incentivar a agregação de valor, a política contribui para alinhar o desenvolvimento econômico regional com a conservação da floresta.

O Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí (PRÓ-AÇAÍ) é uma iniciativa do governo do estado do Pará voltada ao fortalecimento da produção de açaí por meio da ampliação do cultivo, do aprimoramento do manejo dos açaizais e da promoção do desenvolvimento socioeconômico regional. Implementado no período de 2016 a 2020, o programa teve como objetivo aumentar a produtividade da cultura, especialmente nas regiões do Marajó e do Baixo Tocantins, conciliando expansão produtiva com conservação ambiental. Para isso, previa a implantação, manejo e enriquecimento de aproximadamente 50 mil hectares de açaizeiros, distribuídos entre sistemas agroflorestais e cultivos solteiros em áreas de terra firme e várzea. O programa também priorizou a participação da agricultura familiar — responsável por mais de 90% das áreas atendidas — por meio da assistência técnica, capacitação e incentivo ao uso de tecnologias produtivas, como sistemas de irrigação e

manejo sustentável. Dessa forma, o PRÓ-AÇAÍ se configura como uma política pública de estímulo produtivo que busca fortalecer a cadeia do açaí ao aumentar a oferta da matéria-prima, melhorar a organização produtiva e promover geração de renda nas regiões produtoras.

O Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí (PRÓ-AÇAÍ) relaciona-se com os princípios da sociobioeconomia ao promover a expansão da produção de açaí com base em sustentabilidade e inclusão social. O programa incentiva a implantação e o manejo de açazeiros em sistemas agroflorestais (SAFs) e em áreas de várzea e terra firme, contribuindo para a conservação ambiental e a manutenção de paisagens produtivas. Ao priorizar a agricultura familiar — responsável por mais de 90% das áreas atendidas — e oferecer assistência técnica e capacitação, a iniciativa fortalece a geração de renda local e integra saberes tradicionais a práticas produtivas mais eficientes.

O Projeto PROSAF (Sistemas Agroflorestais Comerciais e Recuperação de Áreas Degradadas), desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-Bio), relaciona-se com os princípios da sociobioeconomia ao promover a recuperação de áreas degradadas por meio da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Esses sistemas combinam espécies agrícolas e florestais em arranjos produtivos que favorecem simultaneamente a geração de renda, a diversificação produtiva e a recomposição ambiental das propriedades rurais. A iniciativa incentiva especialmente a participação da agricultura familiar, oferecendo capacitação técnica, instalação de viveiros e fornecimento de mudas, o que contribui para ampliar a produção de espécies nativas e fortalecer as capacidades produtivas locais. Dessa forma, o projeto promove a restauração de paisagens produtivas e a valorização da sociobiodiversidade amazônica, transformando áreas degradadas em sistemas economicamente produtivos baseados em espécies como o açaí. Nesse sentido, o PROSAF pode ser compreendido como uma iniciativa alinhada à chamada bioeconomia de restauração, conceito discutido pelo Science Panel for the Amazon, ao conciliar recuperação ambiental, geração de renda e manutenção da floresta em pé (Garrett et al., 2023).

O Fundo Garantidor do Pequeno Produtor e da Indústria para Bioeconomia (FGPPIB), instituído pela Lei Estadual nº 9.312/2021 e atualizado pela Lei Estadual nº 10.289/2023 no Pará, constitui um instrumento financeiro voltado à redução do risco bancário e à ampliação do acesso ao crédito para pequenos produtores e agroindústrias vinculados à bioeconomia. Diferentemente de uma instituição financeira tradicional, o fundo atua como garantia complementar às operações de crédito, permitindo que produtores e empreendimentos que

não dispõem de garantias patrimoniais suficientes possam acessar financiamento junto às instituições financeiras. No contexto da cadeia produtiva do açaí, o FGPIB contribui para viabilizar investimentos em infraestrutura e tecnologia, como a aquisição de equipamentos para adequação às normas sanitárias, o financiamento de práticas de manejo sustentável de açaizais nativos e o fortalecimento da pequena agroindústria voltada à agregação de valor aos produtos derivados do fruto. Dessa forma, o instrumento favorece a modernização produtiva, a verticalização da cadeia e a permanência do valor econômico gerado no próprio território.

A iniciativa também se articula com os princípios da sociobioeconomia ao estimular atividades produtivas baseadas no uso sustentável da biodiversidade amazônica e ao ampliar o acesso de pequenos produtores ao capital produtivo. Nesse sentido, o fundo contribui para a valorização de ativos ambientais, a diversificação produtiva e o fortalecimento da economia local baseada na floresta em pé, em consonância com as diretrizes discutidas.

As políticas públicas municipais voltadas à cadeia do açaí em Belém apresentam, em sua maioria, caráter distributivo — voltado à oferta de infraestrutura e serviços — e regulatório, relacionado principalmente à garantia da segurança alimentar e sanitária do produto. Essas iniciativas constituem o elo final da cadeia produtiva, conectando os produtores ribeirinhos das ilhas próximas à cidade aos batedores artesanais e, por fim, ao consumidor urbano. Nesse contexto, destacam-se três estruturas fundamentais para o funcionamento dessa cadeia: a Feira do Açaí, a Casa do Açaí e o Porto do Açaí, todas inseridas no sistema urbano e logístico associado ao Complexo do Ver-o-Peso.

A Feira do Açaí, localizada no Complexo do Ver-o-Peso, constitui o principal entreposto comercial do fruto na região amazônica e é reconhecida como um dos maiores mercados de açaí fresco do mundo. Nesse espaço ocorre a comercialização diária do fruto colhido nas ilhas e transportado por embarcações durante a madrugada, sendo adquirido por batedores artesanais e comerciantes da cidade. A feira desempenha, portanto, papel central na logística e na formação do preço do produto, funcionando como referência para a cotação diária do fruto e garantindo o rápido escoamento da produção — fator essencial devido à alta perecibilidade do açaí. Além de sua função econômica, esse espaço representa um importante exemplo de circuito curto de comercialização, no qual produtores e comerciantes interagem diretamente, favorecendo a circulação de renda dentro do próprio território e preservando práticas culturais associadas ao consumo tradicional do açaí (Belém, s.d.).

Complementando essa estrutura comercial, a Casa do Açaí, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA), atua como centro de referência para capacitação técnica e sanitária dos batedores artesanais. Nesse espaço são oferecidos cursos e orientações

sobre boas práticas de manipulação, higienização dos equipamentos e técnicas de branqueamento do fruto, procedimento fundamental para a prevenção da transmissão oral da Doença de Chagas. Dessa forma, a iniciativa integra conhecimento científico e saberes tradicionais, contribuindo para garantir a qualidade sanitária do produto sem comprometer a continuidade da produção artesanal. A política também possui impacto social relevante, uma vez que protege a saúde pública e fortalece a renda de milhares de famílias que dependem do processamento e da venda do açaí na cidade (Belém, SESMA).

Outro elemento importante da infraestrutura municipal é o Porto do Açaí, localizado no bairro do Jurunas. Esse espaço foi estruturado para organizar e concentrar o desembarque do fruto proveniente das ilhas de Belém e de regiões produtoras do Arquipélago do Marajó e do Baixo Tocantins. O porto exerce papel estratégico na logística da cadeia produtiva, ao disciplinar o fluxo de embarcações, facilitar a fiscalização sanitária e garantir condições adequadas para o transporte e o descarregamento do fruto. Essa infraestrutura contribui para preservar a qualidade do açaí durante o trajeto fluvial e assegurar maior eficiência na integração entre os territórios produtores e o mercado urbano (Belém, s.d.).

No âmbito da sociobioeconomia, essas políticas municipais são fundamentais para garantir que a produção oriunda da floresta seja efetivamente integrada à economia urbana. Ao organizar a logística, qualificar o processamento artesanal e manter canais diretos de comercialização, as iniciativas contribuem para que os benefícios econômicos da biodiversidade amazônica permaneçam no território e fortaleçam os modos de vida locais. Tal perspectiva dialoga com o ideal de sustentabilidade do Garrett et al., 2023, que destaca a importância de cadeias produtivas baseadas em circuitos curtos, inclusão social e valorização da sociobiodiversidade.

## 6.6 POLÍTICAS CONSTITUTIVAS

Na tipologia de políticas públicas proposta por Theodore J. Lowi, iniciativas como o Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS) e o PlanBio podem ser compreendidas principalmente como políticas constitutivas, pois estabelecem diretrizes institucionais, mecanismos de governança e formas de coordenação entre órgãos governamentais responsáveis pela implementação das políticas de bioeconomia e conservação ambiental no estado. Em alguns casos, como no PTS, essas políticas também apresentam caráter regulatório, ao definir critérios e metas ambientais que orientam a implementação das ações nos territórios prioritários.

O Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio), lançado em 2022 pelo governo do Pará durante a COP27, constitui o principal marco estratégico para orientar a transição do estado para um modelo de desenvolvimento baseado na valorização da biodiversidade e na manutenção da floresta em pé. O plano estabelece diretrizes, instrumentos de governança e prioridades de investimento voltadas à consolidação de uma economia fundamentada no uso sustentável dos recursos naturais amazônicos.

No campo conceitual, o plano dialoga diretamente com os princípios da sociobioeconomia, que defendem a promoção de modelos econômicos baseados na biodiversidade, na valorização dos conhecimentos tradicionais e na inclusão social das populações locais. O PlanBio incorpora essa perspectiva ao priorizar a agregação de valor à biodiversidade amazônica, incentivando a inovação tecnológica, a pesquisa científica e o desenvolvimento de novos produtos derivados de recursos florestais, como o açaí, sem que isso implique a conversão da floresta para atividades de alto impacto ambiental. Dessa forma, o plano busca promover simultaneamente desenvolvimento econômico, conservação ambiental e fortalecimento das economias locais.

Outro eixo central do PlanBio refere-se ao fortalecimento dos territórios e dos atores locais, especialmente povos indígenas e comunidades tradicionais. O plano reconhece que esses grupos desempenham papel fundamental na conservação da floresta e na gestão sustentável da biodiversidade amazônica. Assim, propõe mecanismos de apoio à produção local, valorização do conhecimento tradicional e ampliação do acesso dessas populações a mercados, tecnologias e instrumentos financeiros voltados à bioeconomia.

Além disso, o plano incentiva a diversificação produtiva e a construção de paisagens multifuncionais, nas quais diferentes espécies e atividades econômicas coexistem de forma integrada. Essa abordagem busca reduzir a dependência econômica de um único produto e fortalecer sistemas produtivos mais resilientes, baseados na agrobiodiversidade amazônica e na combinação entre atividades extrativistas, agroflorestais e agroindustriais.

Embora tenha caráter estratégico e abrangente, o PlanBio possui impactos diretos sobre cadeias produtivas específicas, como a do açaí. Nesse caso, o plano estimula a verticalização e a agregação de valor ao produto dentro do próprio estado, incentivando investimentos em processamento industrial, desenvolvimento de novos derivados — como óleos, produtos cosméticos e alimentos funcionais — e fortalecimento de cadeias produtivas locais. Ao mesmo tempo, o plano contribui para criar condições institucionais e financeiras favoráveis ao setor, servindo de base para a implementação de instrumentos de apoio, como fundos de financiamento e programas de inovação tecnológica voltados à bioeconomia.

Assim, o PlanBio pode ser compreendido como um instrumento estruturante que organiza e articula diferentes políticas públicas relacionadas à sociobioeconomia no Pará. Ao estabelecer diretrizes estratégicas, mecanismos de governança e instrumentos de fomento, o plano cria as condições institucionais necessárias para que iniciativas voltadas à produção sustentável, inovação tecnológica e valorização da biodiversidade possam se desenvolver de forma integrada e de longo prazo.

O Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS), instituído pelo Decreto nº 2.744/2022 do Pará no âmbito do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), constitui um instrumento de política pública voltado à promoção de modelos de desenvolvimento territorial baseados na conservação ambiental, na redução do desmatamento e na valorização das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Nesse contexto, o programa relaciona-se diretamente com a cadeia produtiva do açaí ao incentivar a transição de áreas degradadas ou sob pressão de desmatamento para sistemas produtivos sustentáveis, utilizando espécies nativas — como o açaí — como elemento central para a recuperação ambiental e a geração de renda.

Uma das principais contribuições do PTS refere-se à promoção da chamada bioeconomia de restauração, o programa estimula a adoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e outras práticas de manejo sustentável que permitem recuperar áreas degradadas ao mesmo tempo em que geram benefícios econômicos para produtores rurais. Nesse contexto, o açaí destaca-se como uma espécie estratégica, pois apresenta elevada adaptação às condições ecológicas da Amazônia e grande potencial de mercado. O incentivo ao cultivo e manejo de açaizais em áreas anteriormente degradadas transforma passivos ambientais em ativos produtivos, contribuindo para reduzir a pressão sobre novas áreas de floresta e fortalecer economias locais baseadas na floresta em pé.

Outro eixo relevante do programa diz respeito à regularização ambiental e fundiária como condição para o acesso a políticas de incentivo e financiamento. O PTS integra instrumentos como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e outras iniciativas de ordenamento territorial, facilitando a adequação ambiental das propriedades rurais. Para os produtores vinculados à cadeia do açaí, essa regularização torna-se cada vez mais importante, pois amplia o acesso a linhas de crédito rural, programas de apoio à agricultura familiar e mercados que exigem comprovação de sustentabilidade ambiental.

O programa também prevê ações de assistência técnica e extensão rural (ATER), voltadas à disseminação de práticas de manejo sustentável, gestão produtiva e inovação tecnológica no campo. Essa dimensão reforça um dos pilares da sociobioeconomia: a

integração entre conhecimento científico e saberes tradicionais. Ao oferecer suporte técnico aos produtores, o PTS contribui para aumentar a eficiência produtiva dos sistemas agroflorestais, ampliar a capacidade de agregação de valor aos produtos da biodiversidade e fortalecer a autonomia econômica das comunidades rurais.

Além disso, o PTS adota uma abordagem territorial integrada, priorizando regiões consideradas estratégicas para a conservação e o desenvolvimento sustentável, como áreas do Arquipélago do Marajó e de outras regiões amazônicas do estado. Essa abordagem busca promover a construção de paisagens multifuncionais, nas quais atividades produtivas, conservação ambiental e manutenção dos serviços ecossistêmicos coexistem de forma equilibrada. No caso do açaí, essa perspectiva é particularmente relevante, pois os açaizais nativos dependem diretamente de ecossistemas de várzea e igapó, cuja integridade ambiental está associada à manutenção dos ciclos hidrológicos da região.

Assim, o PTS pode ser compreendido como um instrumento de territorialização da sociobioeconomia no Pará, ao articular conservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Ao incentivar o uso sustentável de espécies como o açaí e promover a regularização ambiental e o apoio técnico aos produtores, o programa contribui para consolidar uma economia regional de baixo carbono, baseada na valorização da biodiversidade amazônica e na melhoria das condições de vida das populações locais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das políticas públicas federais permite identificar importantes limites estruturais na forma como o Estado brasileiro atua na cadeia produtiva do açaí. Entre as treze políticas mapeadas que impactam essa cadeia, apenas uma foi concebida especificamente para o setor — a Rota do Açaí — enquanto somente duas outras políticas, a PGPM-Bio e o ZARC, incorporam o açaí de maneira central em seus instrumentos. As demais políticas possuem impactos indiretos sobre a cadeia, atuando sobre dimensões mais amplas da agricultura familiar, do extrativismo ou da conservação ambiental, mas sem terem sido necessariamente formuladas com o objetivo específico de fortalecer essa cadeia produtiva.

Sob a perspectiva da tipologia de políticas públicas proposta por Theodore Lowi, observa-se a predominância de políticas de caráter distributivo e regulatório. As políticas distributivas se manifestam principalmente por meio de instrumentos de fomento econômico, como crédito rural, assistência técnica e garantia de preços, que buscam incentivar a produção e reduzir a vulnerabilidade econômica dos produtores. Já as políticas regulatórias estabelecem

normas de uso do território e do manejo produtivo, como zoneamentos e requisitos ambientais. Em menor proporção, aparecem políticas redistributivas e constitutivas, Sob a perspectiva da tipologia de políticas públicas proposta por Theodore Lowi, observa-se a predominância de políticas de caráter distributivo e regulatório. As políticas distributivas se manifestam principalmente por meio de instrumentos de fomento econômico, como crédito rural, assistência técnica e garantia de preços, que buscam incentivar a produção e reduzir a vulnerabilidade econômica dos produtores. Já as políticas regulatórias estabelecem normas de uso do território e do manejo produtivo, como zoneamentos e requisitos ambientais. Em menor proporção, aparecem políticas redistributivas e constitutivas, associadas a mecanismos de governança, inclusão social e reconhecimento de direitos de populações tradicionais. No entanto, essa arquitetura institucional revela uma contradição significativa na atuação do Estado.

De um lado, há um conjunto de políticas que reconhecem a importância da sociobiodiversidade e da conservação ambiental, como aquelas voltadas à valorização de produtos da sociobioeconomia e à proteção dos territórios tradicionais. De outro, alguns instrumentos regulatórios relevantes operam a partir de uma lógica produtivista e orientada ao mercado agrícola convencional, o que pode gerar tensões com as especificidades do manejo extrativista amazônico. Essa coexistência de racionalidades distintas dentro do próprio aparato estatal evidencia uma fragmentação na estratégia de desenvolvimento para a região, especialmente no que se refere aos mecanismos de governança, à inclusão social e ao reconhecimento dos direitos das populações tradicionais. Nesse sentido, a arquitetura institucional revela uma contradição significativa na atuação do Estado.

Os resultados também indicam que a conservação ambiental na Amazônia está diretamente condicionada à existência de incentivos econômicos concretos para populações e comunidades tradicionais e para agricultores familiares. Políticas como a PGPM-Bio e linhas de crédito voltadas a sistemas produtivos sustentáveis demonstram que a manutenção de práticas extrativistas e de manejo florestal depende da sua viabilidade econômica frente a atividades predatórias ou de maior rentabilidade imediata. Nesse sentido, a sustentabilidade não pode ser compreendida apenas como um objetivo ambiental, mas como um processo profundamente vinculado à geração de renda, à valorização dos saberes locais e à inserção mais justa desses atores nas cadeias de valor. Assim, embora o arcabouço federal disponha de instrumentos potencialmente relevantes para fortalecer a sustentabilidade na cadeia do açaí, sua atuação permanece majoritariamente transversal, fragmentada e, em alguns casos, contraditória. Para que a sociobioeconomia amazônica se consolide efetivamente como um

modelo de desenvolvimento regional, torna-se necessário avançar na coordenação das políticas públicas, ampliar o acesso à informação e aos instrumentos de política na ponta da cadeia produtiva e garantir maior estabilidade orçamentária para programas estratégicos. Caso contrário, há o risco de que a crescente inserção do açaí nos mercados globais resulte na homogeneização produtiva e na reprodução das assimetrias já presentes em outras cadeias agroexportadoras.

No âmbito estadual e municipal, observa-se que o padrão identificado na esfera federal se mantém: a predominância de políticas de natureza distributiva. Tanto no Amapá quanto no Pará, a maior parte das iniciativas concentra-se em instrumentos de incentivo econômico, como isenções fiscais, linhas de crédito e investimentos em infraestrutura logística e comercial — a exemplo da Rampa do Açaí, da Feira do Açaí e do Porto do Açaí. Esse conjunto de políticas revela que a ação governamental permanece fortemente orientada para o fortalecimento da cadeia produtiva por meio do estímulo à produção, circulação e comercialização do fruto, priorizando mecanismos de fomento capazes de sustentar a expansão do mercado do açaí. As políticas regulatórias, por sua vez, aparecem de forma mais restrita e concentrada principalmente nas etapas finais da cadeia, sobretudo no processamento e na comercialização urbana. Iniciativas como selos de qualidade, programas de adequação sanitária e capacitação de batedores artesanais indicam que a principal preocupação dos governos locais está associada à segurança alimentar, à padronização do produto e ao controle sanitário do consumo urbano. Nesse sentido, observa-se uma simetria entre as políticas implementadas em Macapá e Belém, onde os governos municipais estruturam equipamentos e programas voltados ao desembarque do fruto e à qualificação sanitária do processamento realizado pelos batedores.

Contudo, apesar da multiplicidade de iniciativas identificadas, permanece evidente a existência de lacunas estruturais na governança da cadeia produtiva do açaí. A maior parte das políticas concentra-se no incentivo à produção, na oferta de crédito e na melhoria de aspectos logísticos e sanitários, enquanto dimensões centrais das relações socioeconômicas que estruturam a cadeia seguem relativamente pouco reguladas. Questões como a atuação dos atravessadores, os termos de negociação com batedores e produtores, as condições de trabalho dos peconheiros e a proteção social de povos e comunidades tradicionais ainda recebem atenção limitada no desenho das políticas públicas.

Além disso, observa-se fragilidade no apoio institucional a arranjos produtivos locais, associações e cooperativas, que, na prática, constituem os principais canais de acesso das comunidades extrativistas às políticas existentes. Essa limitação compromete não apenas a

efetividade das políticas, mas também a capacidade de organização coletiva e de fortalecimento do poder de barganha dos produtores nos elos iniciais da cadeia.

Outro ponto central, que emerge tanto da análise quanto dos dados empíricos do Inov'Açaí, refere-se às deficiências na infraestrutura de escoamento da produção. De forma geral, os principais problemas enfrentados pelos extrativistas estão diretamente relacionados às limitações logísticas e à fragilidade na comercialização. O transporte se destaca como o principal entrave, sobretudo em função do isolamento geográfico das comunidades, o que dificulta o acesso aos mercados, aumenta os custos operacionais e amplia o tempo de deslocamento da produção. Essa condição impacta diretamente a qualidade do produto e a renda dos produtores. Somado a isso, observa-se uma forte dependência de atravessadores, associada à ausência de estruturas adequadas para comercialização direta. Essa dinâmica reduz significativamente o poder de negociação dos extrativistas, tornando-os mais vulneráveis às condições impostas pelos intermediários e contribuindo para a captura de valor fora das comunidades produtoras. Esses fatores, quando combinados, evidenciam uma inserção desigual dos extrativistas na cadeia de valor do açaí, marcada por assimetrias de poder e acesso a recursos. Além disso, o persistente isolamento histórico enfrentado pelos extrativistas da região permanece como um problema secular.

Assim, os achados indicam que, embora exista um conjunto expressivo de políticas públicas voltadas à cadeia do açaí, sua orientação ainda privilegia a expansão produtiva e a formalização do mercado, sem enfrentar de maneira estrutural as desigualdades e vulnerabilidades presentes nos elos iniciais da cadeia. Nesse sentido, torna-se fundamental avançar na formulação de políticas mais integradas, que articulem o desenvolvimento econômico com a regulação das relações de mercado, o fortalecimento da infraestrutura de escoamento e a ampliação da proteção social. Somente a partir dessa abordagem será possível promover uma inserção mais equitativa dos extrativistas na cadeia produtiva do açaí, garantindo que os benefícios gerados pelo crescimento do mercado sejam distribuídos de forma mais justa entre os atores que sustentam sua base produtiva na Amazônia.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. **Emater entrega Cadastro Ambiental Rural para extrativistas de açaí.** Belém: Secretaria de Estado de Comunicação, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/11303/emater-entrega-cadastro-ambiental-rural-para-extrativistas-de-acai>. Acesso em: 1 mar. 2026.

ALDEN, Dauril. **The significance of cacao production in the Amazon Region during the late colonial period: an essay in comparative economic history.** Proceedings of the American Philosophical Society, v. 120, n. 2, p. 103-135, 1976.

AMAPÁ. Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá. **Selo Amapá: Produto do Meio do Mundo e Certificações de Origem.** Macapá: Agência Amapá, 2024. Disponível em: <https://agenciaap.portal.ap.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2026.

AMAPÁ. Agência de Notícias do Amapá. **Governo do Amapá assina contrato de aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar.** Macapá, 15 maio 2024. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/23925/governo-do-amapa-assina-contrato-de-aquisicao-d-e-alimentos-da-agricultura-familiar-para-alimentacao-escolar>. Acesso em: 10 mar. 2026.

AMAPÁ. **Lei nº 0039, de 11 de dezembro de 1992.** Cria o Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá – FRAP, e dá outras providências. Amapá: Assembleia Legislativa, 1992. Disponível em: [http://www.al.ap.gov.br/ver\\_texto\\_consolidado.php?iddocumento=433](http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=433).

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural. **Plano de Produção Integrada (PPI): Safra 2024-2025 e Investimentos em Tecnologias para o Açaí.** Macapá: SDR, 2024. Disponível em: <https://sdr.portal.ap.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2026.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Licenciamento Ambiental para Agroindústrias e Pequenos Produtores.** Macapá: SEMA, 2024. Disponível em: <https://sema.portal.ap.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2026.

AMAZONBAI. **Manejo Florestal e Certificação Internacional FSC no Arquipélago do Bailique.** Bailique, AP: Cooperativa Amazonbai, 2024. Disponível em: <https://amazonbai.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2026.

ANDERSON, Anthony B. **Land-use strategies for successful extractive economies in Amazonia.** Advances in Economic Botany, v. 9, p. 67-77, 1992.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BARBOSA, Paula. **Selo "Açaí Bom" identifica açaí de qualidade.** Agência Belém, 20 mar. 2015. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/109964/seloacaibomidentificaacaidequalid>. Acesso em: 6 mar. 2026.

BECKER, B. K. **A Amazônia e a política ambiental brasileira.** Geographia, Niterói, v. 6, n. 11, p. 07-20, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2004.v6i11.a13465>.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia.** Estudos Avançados, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>.

BECKER, B. K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000100003>.

BECKER, B. K. **A Urbe Amazônida.** Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, B. K.; LENA, P. **Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia: Políticas para promoção de Sistema Produtivos Locais MPME.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

BITTENCOURT, F.; POTIGUAR, M.; FERNANDES, T. **Cadeia de Valor do Açaí: Articulação e Acesso aos Benefícios**. In: MARCOVITCH, J.; VAL, A. Bioeconomia para quem? bases para um desenvolvimento sustentável na Amazônia. São Paulo: USP/ECA, 2024. p. 21-61.

BNDES. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: BNDES, 2024. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 16 mar. 2026.

BONETI, Lindomar. **As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos**. PRACS, n. 5, p. 17-28, 2012.

BOZEMAN, Barry; PANDEY, Sanjay. **Public Management Decision Making: Effects of Decision Content**. Public Administration Review, v. 64, n. 5, p. 553-565, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**. Brasília, DF: MAPA, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ater/o-que-e-assistencia-tecnica>. Acesso em: 1 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Zoneamento Agrícola de Risco Climático**. Brasília, DF: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/programa-nacional-de-zoneamento-agricola-de-risco-climatico/zoneamento-agricola>. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNAE**. Brasília, DF: FNDE, **2026a**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Governo Federal investe em tecnologia para fortalecer a Rota do Açaí no Amapá**. Brasília, DF, 16 jan. **2024a**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/governo-federal-investe-em-tecnologia-para-fortalecer-a-rota-do-acai-no-amapa>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar**. Brasília, DF: MDA, **2026b**. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-aco-es-obras-e-atividades/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Programa pioneiro de ATER do Governo Federal para povos indígenas começa pelo Amapá**. Brasília, DF: MDA, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/06/programa-pioneiro-de-ater-do-governo-federal-para-povos-indigenas-comeca-pelo-amapa>. Acesso em: 1 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Sobre o Cadastro Ambiental Rural**. Brasília, DF: Serviço Florestal Brasileiro, 2026c. Disponível em: <https://www.car.gov.br/#/sobre>. Acesso em: 1 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Alimenta Brasil é exemplo de sustentabilidade e baixo carbono**. Brasília, DF: MMA, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/programa-alimenta-brasil-e-exemplo-de-sustentabilidade-e-baixo-carbono>. Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília, DF: Secom, 11 jul. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 16 mar. 2026.

BUGGE, M.; HANSEN, T.; KLITKOU, A. **What is the bioeconomy?** A review of the literature. *Sustainability*, v. 8, n. 691, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su8070691>

CALZAVARA, B. B. G. **As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico**. Belém: FCAP, 1972.

CARVALHO, Antônio Claudio Almeida de. **Economia dos Produtos Florestais Não-Madeireiros no Estado do Amapá: sustentabilidade e desenvolvimento endógeno**. 2010. 174 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CAVALCANTE, P. **Frutas comestíveis da Amazônia**. Belém: CEJUP/MPEG, 1991.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de Pesquisa-ação para gestão de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CICCANTELL, P.; SMITH, D. A. **Rethinking global commodity chains integrating extraction, transport, and manufacturing**. *International Journal of Comparative Sociology*, Irvine, v. 50, n. 3-4, p. 361-384, 2009.

CONAB. **Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade: Cartilha**. Brasília, DF: CONAB, 2021.

D'AMATO, D. et al. Green, circular, bio economy: A comparative analysis of sustainability avenues. *Journal of Cleaner Production*, v. 168, p. 716-734, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.09.053>. Acesso em: 26 fev. 2026.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2015.

DRUMMOND, José Augusto. **A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 115-137, jul. 1996.

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

FELLER, J.; SHUNK, D.; CALLARMAN, T. **Managing the supply chain: a strategic framework**. Florida: Florida Tech Online, 2006.

FERREIRA, J. et al. **A lack of clarity on the bioeconomy concept might be harmful for Amazonian ecosystems and its people.** *Ecological Economics*, v. 224, p. 108299, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2024.108299>. Acesso em: 26 fev. 2026.

FREITAS, Dulcivânia. **Programa de Produção Integrada (PPI) para agricultura familiar recebe investimento financeiro.** Portal Embrapa, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30866089/programa-de-producao-integrada-ppi-para-agricultura-familiar-recebe-investimento-financeiro>. Acesso em: 6 mar. 2026.

FREITAS, M. A. B. et al. **Intensification of açai palm management largely impoverishes tree assemblages in the Amazon estuarine forest.** *Biological Conservation*, v. 261, p. 10925, 2021.

FUNAI. **Funai apoia ação de manejo de açazais nativos em terras indígenas do Oiapoque (AP).** Terras Indígenas no Brasil, 23 out. 2023. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/221011>. Acesso em: 28 fev. 2026.

FUNAI. **Funai-PII-PNGATI: Relatório e Planejamento de Implementação e Acompanhamento.** Brasília, DF: FUNAI, 2016.

GARRETT, R. et al. **Apoiando sociobioeconomias de saudáveis florestas em pé e rios fluindo na Amazônia:** Science Panel for the Amazon: Policy Brief. Nova Iorque: SPA, [2023].

GARRETT, R. et al. **Transformative changes are needed to support socio-bioeconomies for people and ecosystems in the Amazon.** *Nature Ecology & Evolution*, v. 8, n. 10, p. 1815-1825, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41559-024-02467-9>.

GEREFFI, Gary. **The Organization of Buyer-Driven Global Commodity Chains: How US Retailers Shape Overseas Production Networks.** In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (eds.). *Commodity Chains and Global Capitalism.* Connecticut: Praeger Publishers, 1994. p. 95-122.

GEREFFI, Gary et al. **The Governance of Global Value Chains.** *Review of International Political Economy*, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity Chains and Global Capitalism.** Connecticut: Praeger Publishers, 1994.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. **Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas.** *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan.-abr. 2018.

GORMLEY, W. T. **Regulatory Issue Networks in a Federal System.** *Polity*, v. 18, n. 4, p. 595-620, 1986.

GUSTAVSSON, Sverker. **Types of Policy and Types of Politics.** *Scandinavian Political Studies*, v. 3, n. 2, p. 123-142, 1980.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama (ed.). **Extrativismo Vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação.** Brasília, DF: Embrapa, 2014.

IBGE. **Produção agropecuária: açaí (cultivo) no Pará.** Rio de Janeiro: IBGE, [2024]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/acai-cultivo/pa>. Acesso em: 12 mar. 2026.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-ext-racao-vegetal-e-da-silvicultura.html>. Acesso em: 26 fev. 2026.

LEÃO, Luís Henrique da Costa; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. **Cadeias produtivas e a vigilância em saúde, trabalho e ambiente.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1232-1243, 2015.

LEE, Joonkoo. **Global Commodity Chains and Global Value Chains.** In: DENEMARK, R. A. (ed.). *The International Studies Encyclopedia.* New Jersey: Wiley-Blackwell, 2010.

LESENFANTS, Y. et al. **Re-Imagining Bioeconomy for Amazonia.** Inter-American Development Bank, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18235/0013007>.

LIMA, Ana Laura. **Açaí ganha o seu primeiro Zoneamento Agrícola de Risco Climático.** Portal Embrapa, 27 fev. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/87191726/acai-ganha-o-seu-primeiro-zoneamento-agricola-de-risco-climatico>. Acesso em: 28 fev. 2026.

LOWI, Theodore. **American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory.** World Politics, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

LOWI, Theodore. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice.** Public Administration Review, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.

LYNN, Lawrence. **Designing Public Policy: a Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica: Goodyear, 1980.

MACAPÁ. Prefeitura Municipal. **Complexo Turístico Rampa do Açaí.** Macapá, AP, 2024. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/turismo/complexo-turistico-rampa-do-acai/>. Acesso em: 6 mar. 2026.

MACAPÁ. Prefeitura Municipal. **Projeto Mais Açaí:** Macapá incentiva cadeia produtiva do fruto com a doação de mudas para extrativistas. Macapá, AP, [2022]. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/projeto-mais-acai-macapa-incentiva-cadeia-produtiva-do-fruto-com-a-doacao-de-mudas-para-extrativistas/>. Acesso em: 6 mar. 2026.

MACHADO, Uzian P. **Políticas públicas de fomento a cadeia do açaí:** subvenções estatais e a distribuição de renda em uma dinâmica de economia de fronteira. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteiras) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

MARTINOT, J. F.; PEREIRA, H. dos S.; SILVA, S. C. P. da. **Coletar ou Cultivar:** as escolhas dos produtores de açaí-da-mata (Euterpe precatória) do Amazonas. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 55, n. 4, p. 751-766, 2017.

MAYER, Frederick; GEREFFI, Gary. **Regulation and Economic Globalization:** Prospects and Limits of Private Governance. Business and Politics, v. 12, n. 3, p. 11, 2010.

MEAD, Lawrence. **Public Policy: Vision, Potential, Limits.** Policy Currents, v. 68, n. 3, p. 1-4, 1995.

MONTEIRO, José Eduardo Boffino de Almeida. **Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC).** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021. Disponível em:

[https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/programa-nacional-de-zoneamento-agricola-de-risco-climatico/estudos\\_observatorio-do-zarc/estudos-2021/2021-jose-eduardo-boffino-de-almeida-monteiro-zoneamento-agricola-de-risco-climatico-zarc.pdf](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/programa-nacional-de-zoneamento-agricola-de-risco-climatico/estudos_observatorio-do-zarc/estudos-2021/2021-jose-eduardo-boffino-de-almeida-monteiro-zoneamento-agricola-de-risco-climatico-zarc.pdf). Acesso em: 27 fev. 2026.

MOURÃO, Leila. **Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico.** 1999. 355 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

NOGUEIRA, Oscar Lameira; FIGUEIRÊDO, Francisco José Câmara; MÜLLER, Antonio Agostinho (ed.). **Açaí.** Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. (Sistemas de Produção, 4).

NOGUEIRA, Oscar Lameira; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Açaí: de alimento tradicional a commodity global.** In: HOMMA, A. K. O. (ed.). Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

OLIVEIRA, Ariane Borges de. **Políticas públicas na cadeia global de valor do açaí no Amapá.** 2022. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteiras) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

OLLINHO, O. I.; KRÖGER, M. **Separating the two faces of ‘bioeconomy’:** plantation economy and sociobiodiverse economy in Brazil. *Forest Policy and Economics*, v. 149, n. 102932, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2023.102932>.

PARÁ. **Decreto nº 1.522, de 01 de abril de 2016.** Dispõe sobre a concessão de incentivos para a indústria do Açaí e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Belém, nº 33.100, 04 abr. 2016.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade. **Projeto Prosaf.** Belém: Ideflor-Bio, 2020. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/projeto-prosaf/>. Acesso em: 7 mar. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. **Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí (PRÓ-AÇAÍ).** Belém: SEDAP, [2026]. Disponível em: <https://www.sedap.pa.gov.br/node/84>. Acesso em: 1 mar. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. **Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA).** Belém, PA: SEDAP, [2026]. Disponível em: <https://www.sedap.pa.gov.br/node/88>. Acesso em: 6 mar. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará. **Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio).** Belém: SEMAS, 2022. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br>. Acesso em: 7 mar. 2026.

PEDROZO, Eugênio Ávila et al. **Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMS): as Filières do Açaí e da Castanha da Amazônia.** Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v. 3, n. 2, p. 88-112, maio 2011.

PEGLER, Lee. **Cadeias Produtivas.** In: CATTANI, Antonio David et al. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009. Cap. 9.

PINHEIRO, Esther; ALMEIDA, Paula. **Aplicativo Açaí no Ponto é disponibilizado para cadastro de pontos de venda de açaí em Belém.** O Liberal, 13 ago. 2025. Disponível em: <https://www.oliberal.com.br/economia/aplicativo-acai-no-ponto-e-disponibilizado-para-cadastro-de-pontos-de-venda-de-acai-em-belem-1.1006026>. Acesso em: 6 mar. 2026.

ROGEZ, Hervé. **Açaí: Preparo, Composição e Melhoramento da Composição.** Belém: EDFPA, 2000.

SANTANA, Antônio Cordeiro de; CARVALHO, D. F.; MENDES, F. A. T. **Organização e competitividade das empresas de polpas de frutas no Estado do Pará: 1995 a 2004.** Belém: Unama, 2006.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à Teoria da Política Pública.** In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). Políticas Públicas. Brasília: Enap, 2006. v. 1.

SCHERER, André Luís Forti. **Cadeias de valor e cadeias globais de valor.** [S. l.]: [s. n.], 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SMITH, Nigel J. H. **Destructive exploitation of the South American river turtle.** Year-Book of the Pacific Coast Geographers, Honolulu, v. 36, p. 85-102, 1974.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

STAROSTA, G. **Global commodity chains and the marxian law of value.** Antipode, Berkeley, v. 42, n. 2, p. 433-465, 2010.

STEWART, Ângela. **Povoamento inicial de Carvão e Mutuacá.** Nova Iorque: [s. n.], 2008.

SUPERTI, Eliane. **Políticas Públicas e Integração Sul Americana das Fronteiras Internacionais da Amazônia Brasileira.** Novos Cadernos NAEA, v. 14, n. 2, p. 303-320, dez. 2011.

SUPERTI, Eliane; MACHADO, Uzian Pinto; CIALDELLA, Nathalie. **Motivations and bottlenecks of the minimum price guarantee policy for socio-biodiversity products in Amapá.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 18, n. 3, p. 207-222, 2022.

SUPERTI, Eliane; PEGLER, Lee; ARAUJO, Mayara M. Vasconcelos. **A governança das cadeias de valor emergentes e seus impactos nas comunidades tradicionais.** International Journal of Humanities and Social Science, v. 8, n. 10, p. 1-13, out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.30845/ijhss.v8n10p1>.

SUPERTI, Eliane.; SILVA, G. V. **Comunidades Quilombolas na Amazônia**. Confins (Paris), n. 23, p. 11-31, 2015.

TAGORE, Márcia de Pádua Bastos; MONTEIRO, Marcílio de Abreu; CANTO, Otávio do. **A cadeia produtiva do açaí**: estudo de caso sobre tipos de manejo e custos de produção em projetos de assentamentos agroextrativistas em Abaetetuba, Pará. AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, v. 8, n. 2, p. 99-112, jul./dez. 2019.

TREGIDGO, D. et al. **Vulnerability of the açaí palm to climate change**. Human Ecology, v. 48, n. 4, p. 505-514, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10745-020-00172-2>.

VASCONCELLOS, M. et al. (org.). **Gestão social & território**: Práticas participativas para desenvolvimento territorial. [S. l.]: Edunama, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**. New York: Academic Press, 1974.

WILSON, James. **Political Organizations**. New York: Basic Books, 1974.

ZHANG, Liping; SCHIMANSKI, Silvana. **Cadeias globais de valor e os países em desenvolvimento**. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 18, p. 1-20, 2014.